

Relatório da Administração

2023 



cielo

SENHORES ACIONISTAS

Apresentamos o Comentário de Desempenho e as Demonstrações Contábeis da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Cielo”) e de suas controladas (denominadas em conjunto “Consolidado”, “Companhia”, “Organização” ou “Grupo Cielo”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), aqui denominadas em conjunto como “COSIF”.

As Demonstrações Contábeis contemplaram os saldos das contas da Cielo, das controladas diretas e indiretas: Cateno, Servinet, Aliança, Paggo, Stelo, Cielo USA e MerchantE (vendida em abril de 2022); e dos Fundos: Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) e Fundos de Investimento em Cotas de Fundo de Investimentos (FICs).

Para fins de apresentação das Demonstrações Contábeis, os ativos e passivos da controlada no exterior, originalmente denominados em dólares norte-americanos, foram convertidos para reais utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim de cada período, enquanto os resultados foram convertidos pelas taxas de câmbio médias mensais. As variações cambiais resultantes dessas conversões foram classificadas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido da Cielo. Todas as transações, receitas e despesas entre as empresas do Grupo Cielo foram eliminadas integralmente nas Demonstrações Contábeis consolidadas.

Os valores estão apresentados em milhões de reais, exceto onde indicado de outra forma.

Conforme facultado na Instrução Normativa BCB nº 236/22, a Cielo optou por manter a apresentação do Comentário de Desempenho baseado nas Demonstrações Contábeis preparadas em COSIF de maneira consistente com as divulgações dos exercícios anteriores.

2023

cielo

DESTAQUES



Lucro Líquido Cielo

R\$ 2.086,8 33,0% 
milhões YoY



Receita Líquida

*Excluindo os impactos da não consolidação da MerchantE

R\$ 10.601,1 4,7%* 
milhões YoY



Receita de Aquisição de recebíveis

R\$ 1.566,7 66,9% 
milhões YoY



Gastos totais

R\$ 7.098,0 -9,6% 
milhões YoY



EBITDA

R\$ 4.415,8 15,7% 
milhões YoY

O ano de 2023 reforçou o compromisso da Cielo com seus pilares estratégicos: (i) otimização do *core business*; (ii) inovação em pagamentos; (iii) distribuição de serviços financeiros; (iv) serviços de valor agregado; e (v) pessoas, tecnologia e dados. Em linha com esses pilares, e diante do estágio atual do processo de transformação da Companhia, lançamos no último ano o #PraCimaCielo, programa que está mudando a forma como operamos e nos organizamos, e visando consolidar capacidades importantes, como aumentar ainda mais o foco nos clientes, acelerar nosso tempo de lançamento de soluções, incrementar capacidades de distribuição, e capturar oportunidades em receitas e estrutura de custos.

O #PraCimaCielo conta com mais de 200 iniciativas em andamento, em diferentes áreas da Companhia. Entre os exemplos de resultados alcançados por meio do programa, estão o lançamento do Cielo Tap, a viabilização da antecipação de recebíveis via PIX e o avanço em mobilidade urbana com a adição de praças e modais, o que permitiu a criação de avenidas de crescimento para a Cielo em sua busca por novas fontes de receitas.

A experiência do cliente, um tema chave para a Companhia, seja em relação aos produtos e serviços ou em relação a operações e atendimento, apresentou melhoria significativa em diversos indicadores. Esse aprimoramento se refletiu na percepção de qualidade dos serviços: houve aumento de 20 pontos do Net Promoter Score (NPS) entre julho de 2022 e a medição realizada ao final de 2023.

Aceleramos investimentos para expandir nossas capacidades de distribuição. No segmento de Varejo anunciamos, ao longo do ano, reforços no time comercial por intermédio da contratação de 400 colaboradores para o canal presencial e a previsão de até 1.000 posições prioritariamente para os canais bancários.

A otimização da geração de receitas, o foco em eficiência, o robusto resultado com aquisição de recebíveis (ARV) e o desempenho sólido da Cateno contribuíram para o resultado da Companhia, que atingiu um lucro líquido de R\$ 2,1 bilhões, alta de 33% sobre o ano anterior. A lucratividade e a geração de caixa permitiram a distribuição de R\$ 764 milhões de reais em proventos, o maior montante dos últimos 3 anos.

Ambiente econômico e competitivo

As expectativas do mercado para a economia, consumo das famílias e performance do varejo em 2023 foram alteradas ao longo do ano de formas significativas. A Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviços (ABECS) projetava no início do ano que o mercado de adquirência

apresentaria crescimento entre 14 e 18%. Tal projeção foi modificada para crescimento entre 9 e 11%. Em compensação, outros indicadores melhoraram ao longo do ano, prova da força e da capacidade de recuperação da economia brasileira. Dados divulgados pelo boletim FOCUS do Banco Central no início do ano projetavam crescimento econômico de 0,78%, muito aquém do que temos no encerramento do ano, quando as perspectivas do mercado sinalizam crescimento do PIB da ordem de 2,9%. No mesmo sentido o ICVA – Índice Cielo do Varejo Ampliado, também mostrou recuperação nas leituras mensais de crescimento do consumo ao longo de 2023.

Embora o crescimento de volumes de cartões esteja abaixo do previsto, ainda há oportunidades relevantes para a indústria. O processamento de transações PIX nas soluções oferecidas pelos adquirentes, por exemplo, cresce a taxas elevadas. Vemos a indústria iniciar penetração em novos segmentos, como em mobilidade urbana (metrô, ônibus e praças de pedágio). A indústria também vem explorando outras alternativas, como aperfeiçoamentos nas transações com cartões de débito, pagamentos recorrentes e a governos.

Resultados

Em 2023, mantivemos nosso foco em eficiência operacional e otimização da geração de valor aos acionistas. Um importante exemplo desse posicionamento é o *yield* de receitas, que apresentou melhora significativa no ano, e gerou crescimento da receita líquida. Tal desempenho permitiu que as receitas crescessem 4% no negócio de aquisição. Na Cateno, as receitas aumentaram 6% em relação ao ano anterior.

Quanto às despesas, observamos retração de gastos totais, tanto na Cielo quanto na Cateno. Dessa forma, o EBITDA consolidado atingiu R\$ 4,1 bilhões, com 38,5% de margem, um aumento de 1,9 p.p. em relação ao ano anterior.

O resultado financeiro apresentou melhora significativa, impulsionado principalmente pelas operações de aquisição de recebíveis (ARV), que registraram receitas na ordem de R\$ 1,6 bilhão, com recorde no volume antecipado, refletindo melhorias nos processos de negócios que sustentam esse produto. O volume total antecipado, via ARV e Receba Rápido, também registrou máximas históricas, somando R\$ 129 bilhões no ano, mostrando o compromisso da Companhia em avançar no suporte aos varejistas na gestão do seu fluxo de caixa.

O desempenho robusto das duas unidades de negócios impulsionou o resultado recorrente consolidado. Segregados os efeitos considerados não recorrentes, o lucro atingiu R\$ 1,9 bilhão, alta de 26% ante 2022.

Valores, Sustentabilidade e Cultura Organizacional

Todas essas realizações são estabelecidas sobre fundamentos sólidos, demonstração de empenho genuíno com a sustentabilidade da organização.

A administração se engaja em ações concretas para tornar a Companhia cada vez mais diversa e inclusiva. Esse engajamento é reconhecido pelo mercado. A B3, por exemplo, selecionou a Cielo para compor a primeira carteira do IDIVERSA B3, índice latino-americano pioneiro composto por empresas que se destacam no quesito diversidade de gênero e raça em seu quadro de colaboradores.

Como mencionado anteriormente, o processo de transformação da Cielo só é possível por causa das pessoas. Assim, o compromisso da Companhia com nosso time é contínuo e tem sido reconhecido por diversos *stakeholders*. A *Great Place to Work* (GPTW), por exemplo, elegeu a Cielo como a melhor empresa para se trabalhar na categoria de Instituições Financeiras. Já o LinkedIn Brasil classificou a Cielo como uma das 25 melhores companhias para quem deseja se desenvolver profissionalmente, sendo a única adquirente do *ranking*.

Nossos clientes e o mercado de uma maneira geral também reconhecem os esforços recentes que fazem da Cielo uma referência no mercado de pagamentos. Alcançamos pelo segundo ano consecutivo a primeira posição no *Top of Mind* na categoria “Maquininha de Pagamento”. A Companhia também conquistou pela segunda vez o Prêmio Ouvidorias Brasil, promovido pela Associação Brasileira das Relações Empresa Cliente (Abrarec) e cujo objetivo é reconhecer empresas que valorizam esse canal de atendimento. A Cielo foi a única adquirente entre os vencedores. Já a edição especial de 50 anos do “Melhores e Maiores” da revista Exame apontou a Companhia como a maior vencedora do segmento de serviços financeiros.

Todas essas conquistas e reconhecimentos são indicadores de que o trabalho desenvolvido segue no rumo certo e ao mesmo tempo servem de motivação para a Cielo continuar em seu propósito de impulsionar negócios para todos.

Agradecemos o empenho e liderança de todos os colaboradores e a confiança depositada pelos diferentes *stakeholders*. Reiteramos o compromisso da empresa com a excelência, inovação, protagonismo e geração de valor para seus acionistas.

RECONHECIMENTOS

Empresas Mais | Estadão – A companhia foi reconhecida como destaque dentre as empresas do setor com melhores práticas de governança corporativa.

Top Of Mind | FSP – Pelo 2º ano consecutivo, a Cielo é a marca mais lembrada da categoria Maquininha de Cartão do prêmio *Top Of Mind* da Folha de S. Paulo.

Guia de Rodas – A companhia foi reconhecida pela segunda vez pelo Guia de Rodas, reafirmando seu comprometimento com estruturas que seguem as boas práticas de acessibilidade e inclusão predial.

Época Negócios – A Cielo conquistou a 49ª posição, de 500 empresas, no Anuário Época Negócios, reconhecimento que identifica e difunde as melhores práticas empresariais no Brasil. Dentro da categoria de Serviços Financeiros, a companhia alcançou 4º lugar no *ranking*.

GPTW Financeiro - A Cielo foi reconhecida como a Melhor Empresa para se trabalhar na categoria de Instituições Financeiras.

Experience Awards - A SoluCX, organização responsável pelo prêmio, indicou a Cielo como uma das empresas do setor que oferecem a melhor experiência aos seus clientes.

FILASA - A Cielo foi reconhecida pelo *ranking FILASA/Leaders League Alliance Summit* – um dos mais importantes eventos do segmento, por ter o Melhor Departamento Jurídico do Brasil.

DESEMPENHO OPERACIONAL

2023

VOLUME FINANCEIRO DAS TRANSAÇÕES

Em 2023 o volume financeiro de transações na Cielo totalizou R\$ 816,2 bilhões, uma redução de 6,4% ou R\$ 55,9 bilhões em comparação a 2022.

Especificamente com cartões de crédito (à vista e parcelado), o volume financeiro totalizou R\$ 498,3 bilhões em 2023, uma redução de 3,7% em comparação a 2022. Na modalidade débito, o volume financeiro totalizou R\$ 317,8 bilhões em 2023, uma redução de 10,4% em comparação a 2022.

Adicionalmente, a Cielo capturou 7,8 bilhões de transações em 2023, uma redução de 5,1% em comparação a 2022.



RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida totalizou R\$ 10.601,1 milhões em 2023, representando uma redução de 0,9% ou R\$ 92,0 milhões em relação a 2022. Excluindo os impactos da não consolidação da MerchantE decorrente da venda em abril de 2022, a receita líquida aumentou R\$ 477,3 milhões ou 4,7% em 2023.

O principal impacto da receita líquida está relacionado ao aumento de *revenue yield*, que se beneficiou do comportamento dos preços, compensado parcialmente pela redução no volume capturado, impactando, na Cielo, a receita de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações. Na Cateno, o crescimento da receita líquida está diretamente ligado ao aumento do volume transacionado, impactando a receita de intercâmbio do Arranjo Ourocard.

CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

O custo dos serviços prestados consolidado totalizou R\$ 5.609,4 milhões em 2023, representando uma redução de R\$ 659,4 milhões, ou 10,5% em comparação a 2022. A variação decorre substancialmente dos seguintes eventos:

- (i) Redução de R\$ 514,1 milhões nos **custos dos serviços prestados na controlada Cielo USA** decorrente da venda da MerchantE em abril de 2022;
- (ii) Redução de R\$ 100,6 milhões ou 7,9% nos **custos vinculados aos equipamentos e outros custos** em relação a 2022, decorre principalmente do reflexo na linha de manutenção relacionadas aos terminais de captura, além do ganho de eficiência pela implementação de iniciativas para melhoria operacional;
- (iii) Redução de R\$ 71,4 milhões ou 3,2% nos **custos relacionados à captura, processamento e liquidação de transação da Cielo** decorrente principalmente de gastos com *fee* de bandeiras relacionados à redução de volumetria, compensados parcialmente pelo aumento na linha de central de atendimentos;
e
- (iv) Aumento de R\$ 26,7 milhões ou 1,2% nos **custos vinculados à gestão de contas de pagamento do Arranjo Ourocard na Cateno**, principalmente relacionado aos custos com *fee* de bandeiras, atrelado ao crescimento de volume transacionado, compensados parcialmente por ganhos de eficiência nas linhas de centrais de atendimento, despesas com bancos, serviços profissionais e gestão de cartões.

DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais totalizaram R\$ 1.488,6 milhões em 2023, apresentando uma redução de R\$ 94,7 milhões, ou 6,0% quando comparadas com R\$ 1.583,3 milhões em 2022. A variação decorreu principalmente dos seguintes eventos:

Despesas de pessoal - Aumento de R\$ 211,4 milhões ou 20,8% para R\$ 1.226,3 milhões em 2023 comparadas com os R\$ 1.014,9 milhões em 2022. O aumento está relacionado principalmente a maiores gastos decorrentes da expansão do time comercial;

Despesas gerais e administrativas, incluindo depreciação – Aumento de R\$ 25,4 milhões ou 7,6% para R\$ 361,0 milhões em 2023 comparadas com os R\$ 335,6 milhões em 2022. O acréscimo está relacionado a gastos com diversas iniciativas que visam ao aprimoramento na qualidade dos serviços prestados;

Despesas de vendas e marketing – Redução de R\$ 15,4 milhões ou 9,9% para R\$ 140,2 milhões em 2023 comparadas com os R\$ 155,6 milhões no 2022, está relacionada à não consolidação da controlada MerchantE vendida em abril de 2022, compensada pelo aumento de R\$ 28,3 milhões em 2023, decorrente de maiores gastos com campanhas de *marketing* e ações comerciais; e

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas – Variação de R\$ 316,1 milhões para R\$ 238,9 milhões em 2023 quando comparadas com R\$ 77,2 milhões de despesas em 2022. A variação decorre da reversão da provisão do ISS Municipalidade, decorrente principalmente da finalização do julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) que pacificou entendimento e manteve a cobrança do Imposto sobre Serviço (ISS) no município-sede da empresa prestadora e não nas cidades onde estão localizados os tomadores de serviços, ocorrida no 1S23.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro totalizou R\$ 153,0 milhões de despesa em 2023, representando uma variação de 60,2% ou R\$ 231,3 milhões em relação a 2022, que registrou uma despesa de R\$ 384,3 milhões. As principais variações no resultado financeiro são:

Receitas financeiras – Redução de R\$ 135,6 milhões ou 29,0% para R\$ 332,0 milhões em 2023 comparados com os R\$ 467,6 milhões em 2022, relacionada ao menor saldo médio de caixa, parcialmente compensada pela maior taxa média do CDI;

Despesas financeiras – Aumento de R\$ 300,8 milhões ou 17,5% para R\$ 2.023,4 milhões em 2023 comparados com R\$ 1.722,6 milhões em 2022, relacionado substancialmente ao efeito do maior saldo médio captado e da maior taxa média do CDI;

Antecipação de Recebíveis – Aumento de R\$ 628,2 milhões ou 66,9% para R\$ 1.566,7 milhões em 2023 comparados com os R\$ 938,5 milhões em 2022, relacionado ao crescimento do volume de aquisição de recebíveis; e

Variação cambial, líquida – Redução de R\$ 39,5 milhões ou 58,3% para R\$ 28,3 milhões em 2023 comparados com os R\$ 67,8 milhões em 2022. A variação está substancialmente relacionada ao impacto da marcação a mercado dos instrumentos financeiros com propósito de proteger o passivo indexado à moeda estrangeira, liquidado em novembro de 2022.

A seguir, apresentamos a reconciliação entre as práticas contábeis COSIF e IFRS do patrimônio líquido e do resultado consolidado em 2023:

Em milhões R\$	Patrimônio Líquido	Lucro líquido
Saldos em COSIF - 2023	22.308,3	2.468,2
Participação de terceiros em Fundos de Investimento (a)	(7.346,0)	-
Outros (b)	22,5	0,3
Saldos em IFRS - 2023	14.984,8	2.468,5

- (a) Participações de terceiros em Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) e em Fundos de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento (FICs), anteriormente apresentadas no passivo circulante e não circulante, conforme Instrução Normativa BCB nº 272/22 que passaram a ser registradas diretamente no patrimônio líquido, especificamente na rubrica de “acionistas não controladores” em COSIF; e
- (b) Composto por: i) ágio de Controlada não amortizado de acordo com o CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios; e ii) contratos de aluguéis prediais e lojas, registrados como ativos de direito de uso e passivos de arrendamento no balanço patrimonial e amortizados de acordo com o período de duração dos contratos conforme o CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

O EBITDA consolidado totalizou R\$ 4.415,8 milhões em 2023, representando um aumento de 15,7% em comparação com 2022, conforme demonstrado a seguir:

EBITDA (R\$ milhões)	2023	2022
Lucro Líquido Cielo	2.086,8	1.569,5
Acionistas não controladores	381,4	303,2
Resultado Financeiro	153,0	384,3
Imposto de Renda e Contribuição Social	881,9	584,0
Depreciação e Amortização	912,6	974,6
EBITDA	4.415,7	3.815,6
% Margem EBITDA	41,7%	35,7%

O EBITDA corresponde ao lucro líquido, acrescido do imposto de renda e contribuição social, das despesas de depreciação e amortização e do resultado financeiro. Ressalta-se que, para o seu cálculo, ao lucro líquido da Cielo é acrescida a participação de acionistas não controladores.

A Administração acredita que o EBITDA é um parâmetro importante para os investidores, pois fornece informação relevante sobre os nossos resultados operacionais e de rentabilidade.

No entanto, o EBITDA não é uma medida contábil utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador de desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. Adicionalmente, o EBITDA apresenta limitação que prejudica a sua utilização como medida da lucratividade em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, o lucro, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

O Estatuto Social assegura a distribuição do dividendo mínimo obrigatório de, ao menos, 30% sobre os lucros auferidos (após a constituição da reserva legal) no encerramento de cada exercício. Ainda em conformidade com as Leis nº 9.430/96 e nº 9.249/95, artigo 9, o valor dos juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, pode ser imputado ao valor dos dividendos.

O saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da assembleia geral ordinária. A Companhia registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente. O Estatuto Social faculta à Companhia o direito de levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, respeitados os limites previstos em lei, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta de lucro apurada nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intercalares à conta de lucros existentes, com base no último balanço aprovado pelos acionistas.

O montante dos juros sobre o capital próprio propostos e pagos referentes ao exercício de 2023 é de R\$ 764,3 milhões no limite da dedutibilidade fiscal, atingindo *payout* de 36,6%.

INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

O valor dos investimentos das principais empresas do Grupo está demonstrado na tabela abaixo:

Empresas (R\$ milhões)	Investimento		Equivalência Patrimonial	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Servinet	70,2	72,0	28,1	23,2
Cielo USA	3,6	4,4	(0,5)	80,2
Cateno	6.308,2	6.687,2	889,8	707,5
Stelo	314,1	278,6	85,0	54,0
Aliança	6,1	5,6	0,5	48,2

Em 2022, a Cielo realizou a venda da controlada indireta MerchantE por meio da controlada Cielo USA.

RECURSOS HUMANOS

A Estratégia da Gestão de Recursos Humanos tem o objetivo de impulsionar a jornada do nosso time, gerando orgulho de pertencer e valor sustentável ao negócio, garantindo a geração de valor para os acionistas, para o nosso time e demais pessoas envolvidas na operação da Companhia. Essa geração de valor se dá por meio do alinhamento dos interesses dos *stakeholders*, da busca pela sustentabilidade do negócio e por meio da ótima gestão do capital humano envolvido na operação da Companhia.

Acompanhamos as transformações focadas no presente, com o olhar para o futuro, impulsionando a mudança de dentro para fora pelo nosso jeito de ser e fazer, engajando as pessoas colaboradoras e oferecendo aos nossos clientes internos e externos um serviço de excelência. Fazemos isso através da nossa Cultura e do nosso propósito de simplificar e impulsionar negócios para todas as pessoas, de forma que impacte positivamente a vida de cada colaborador Cielo. Isso ocorre por meio das nossas competências:

1. **Empatia Assertiva:** Nos preocupamos de forma genuína uns com os outros, nos interessamos em saber das dificuldades, dos contextos e do dia a dia das pessoas com quem nos relacionamos – sejam colegas, parceiros, clientes e fornecedores. Exercemos a empatia assertiva por meio do *feedback* rápido, claro, direto e sincero, sempre de forma construtiva, pois sabemos que assim fazemos a diferença na vida uns dos outros.
2. **Ambição Transformadora:** Nós, do time Cielo, sempre nos desafiamos em nossas entregas, temos um olhar de aprendizagem em toda a jornada e é assim que entregamos mais e melhor. Olhamos para fora para buscar excelência em pares da indústria, ou em líderes de processos aplicáveis, no Brasil e no mundo. Desenvolvemos ações que transformam de forma positiva nosso dia a dia, dos nossos colaboradores e clientes. Ambição é diferente de ganância: aqui entregamos nosso máximo, trabalhamos em equipe, pois sabemos que juntos chegamos nos melhores resultados e ganhamos força para construirmos a Cielo que queremos. Ambicionamos além do que sabemos como fazer, porque acreditamos que podemos aprender ainda mais.
3. **Senso de Dono:** Na Cielo, sabemos que somos responsáveis pelos resultados da empresa, pois aqui o sucesso do negócio é o nosso sucesso e de nossos clientes. Somos proativos, preocupados e responsáveis nas resoluções dos problemas e comprometidos com os resultados. Entendemos que o conflito construtivo promove a busca criativa de soluções elevando nosso nível de colaboração. Temos uma postura flexível, pois acreditamos que assim encontraremos a melhor solução para o time Cielo e nossos clientes. Como donos, realizamos ou pedimos ajuda muito antes da expectativa de entrega.

Somos inquietos na busca por excelência em todos os processos e em especial no que melhora a vida dos clientes.

4. Colaboração: Somos um time que entende os principais objetivos da empresa e atua em conjunto para obtê-los. Retiramos a ambiguidade das demandas. Buscamos aliar as tarefas, missões e propósitos de nossas áreas de atuação com os da empresa. Entendemos as necessidades dos nossos pares, parceiros e clientes. Acreditamos na força do trabalho em equipe, nos apoiamos, acolhemos uns aos outros para construir soluções inovadoras e irmos mais longe. Confiança é a base do nosso relacionamento com todos os parceiros na cadeia de valor, e nos permite buscar conflitos positivos, com total comprometimento com as decisões tomadas, para nos cobrarmos mutuamente para excelência e assim buscar os objetivos finais da empresa.
5. Senso de Urgência: Na Cielo sabemos estabelecer quais são nossas prioridades. Planejamos todas as nossas entregas com agilidade, colaboração e foco no cliente. Buscamos realizar ações para obter maiores resultados para a empresa de forma extremamente rápida. Assumimos riscos inerentes ao negócio, e adotamos medidas para minimizá-los ou até eliminá-los considerando a geração de valor para os clientes e para a empresa. Além disso, sabemos que não vamos acertar sempre, mas rapidamente ajustamos a rota e acreditamos que todas as iniciativas servem de aprendizado.

A Cielo se importa com a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas que formam o Time Cielo, por isso através do Programa “De Bem com a Vida” viabilizamos diversas iniciativas para promover uma gestão de saúde integrada, um ambiente saudável e emocionalmente seguro. O De Bem com a Vida é organizado em três pilares, sendo eles: Saúde em Equilíbrio, Sempre em Movimento e Facilidades para Você. A partir dessa organização temos iniciativas voltadas para a Saúde, Nutrição, Gestação e Parentalidade, Atividade Física, Lazer, Cultura, Parcerias e Eventos.

Muitas iniciativas são estendidas aos dependentes dos colaboradores, como por exemplo: atendimento emocional, apoio e orientação pessoal, vacinação, rodas de conversas, *Gympass*, Olimpíadas – Campeonato esportivo. O programa é reconhecido pelos colaboradores, com favorabilidade de 88,8% na pesquisa interna de Experiência do Colaborador.

Alinhado com os nossos compromissos de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI), contamos com uma estrutura interna definida para garantir a existência de uma agenda formal para a promoção de DEI na companhia. Contamos com uma Gerência Executiva de Sustentabilidade, Diversidade, e Impacto com reporte à vice-presidência de Gente, Gestão e Performance e temos o Fórum de Diversidade que conta com a participação do Presidente, da Diretoria Executiva e da Gerência Executiva de Sustentabilidade, Diversidade e Impacto.

A Cielo estabeleceu uma estratégia de Diversidade, Equidade e Inclusão, com diretrizes e governança para a Companhia atingir tal compromisso, em linha com os atributos culturais necessários para alavancar o negócio, seja por meio do aumento de representatividade e desenvolvimento de carreira de grupos sociais minorizados no quadro de colaboradores, pela promoção de uma cultura inclusiva, pelo fomento e formação de uma liderança inclusiva, ou através do engajamento da cadeia de valor, respeitando as pessoas e repudiando toda forma de discriminação, tal como previsto no Código de Conduta Ética da Cielo. E também, em concordância com os compromissos de DEI, todas as pessoas colaboradoras podem participar dos Grupos de Afinidade: O “Somos Todos Um”, voltado à inclusão de pessoas com deficiências, o “Blue To Black” voltado às pautas étnico-raciais; o “Prisma” voltado à inclusão da comunidade LGBTQIAPN+; e o “Além do Gênero”, voltado à equidade de gênero.

Muito mais do que políticas e práticas, construímos um ambiente com uma cultura de respeito e de valores para pessoas do nosso time e nossa cadeia de valor, respeitando suas identidades e competências, com o objetivo de simplificar e impulsionar negócios para todas as pessoas.

Ao final do exercício de 2023, a organização contava com 6.376 pessoas colaboradoras e 185 estagiários.

DESTAQUES RECURSOS HUMANOS



GPTW Nacional: A Cielo ficou no *TOP 30* melhores empresas do Brasil, na categoria grandes empresas, como umas das melhores empresas para se trabalhar (**premição realizada em outubro**).



GPTW Tecnologia: Ficamos na 18ª posição no *ranking* Brasil na categoria *Tech*, que premia as melhores empresas para trabalhar na área de Tecnologia (**premição realizada em novembro**).



Prêmio Nacional de Qualidade de Vida: Certificação prata como uma das melhores companhias voltadas ao bem-estar corporativo pela Associação Brasileira de Qualidade de Vida.

As ações da Cielo com foco na promoção do desenvolvimento sustentável são norteadas pela Política de Sustentabilidade, a qual orienta a Companhia para a implementação de uma agenda de práticas ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG em português e ESG - *Environmental, Social and Governance* em inglês, sigla comumente utilizada).

A implementação dessa agenda tem como propósito compatibilizar o sucesso do negócio ao longo prazo e a construção de uma sociedade justa, o desenvolvimento econômico e a conservação do meio ambiente, por meio da geração de valor compartilhado.

Para estruturar o atingimento desses compromissos, a Cielo estabeleceu um Planejamento Estratégico de Sustentabilidade. Aprovado pela Diretoria Executiva e em linha com a Estratégia da Companhia, o planejamento estabelece 8 objetivos estratégicos de sustentabilidade distribuídos em 4 pilares, sendo eles:

- Estratégia e Engajamento em ESG;
- Gestão de Riscos e Oportunidades de ESG;
- Diversidade, Equidade, Inclusão e Impacto; e
- Ecoeficiência e Mudanças Climáticas.

Os objetivos estratégicos de sustentabilidade se desdobram em ações ligadas a diferentes frentes da organização, sejam com impactos que gerem mudanças nas operações, sejam em oportunidades de geração de valor compartilhado pelo modelo de negócio, ou ainda em sua atuação social para transformação do contexto em que o negócio opera.

A execução do planejamento é acompanhada pela Vice-presidência Executiva de Gente, Gestão e Performance, com reporte à Diretoria Executiva, e apoiada por Fórum Executivo para acompanhamento dos temas relacionados à aspectos ambientais, sociais e de governança. Além disso, sua evolução é acompanhada periodicamente pelo Comitê de Sustentabilidade, que reporta seu progresso ao Conselho de Administração.

No âmbito do Planejamento Estratégico de Sustentabilidade, cabe destacar o Programa de Diversidade, Equidade e Inclusão, estruturado visando incorporar a prática e promoção do tema na representatividade e na cultura da Companhia. Como parte do referido Programa, foram estabelecidos 6 compromissos que contemplam aspectos ligados à identidade de gênero, raça e etnia, deficiência e LGBTQIA+.

No primeiro trimestre de 2022, a Cielo anunciou metas de representatividade que objetivam tornar o quadro de colaboradores mais diverso e representativo. As metas foram aprovadas no âmbito do Conselho de Administração e até 2025, o número de

mulheres no quadro geral deverá representar 45% do total, enquanto 42% dos cargos de liderança deverão ser ocupados por mulheres. Além disso, os profissionais negros e indígenas deverão corresponder a 35% do efetivo, ao passo que 22% dos cargos das lideranças deverão ser ocupados por profissionais negros e indígenas.

A Cielo possui uma Estratégia Climática, que orienta as ações quanto à governança climática, gestão de riscos e oportunidades, contabilização de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), metas e engajamento com a cadeia de valor. Cabe destacar que nossa taxonomia para a gestão de riscos climáticos está alinhada com as recomendações da *Task Force on Climate related Financial Disclosures* (TCFD), iniciativa que busca a elaboração e implementação de recomendações para a divulgação e análise de riscos e oportunidades relacionadas às questões climáticas.

Ainda, os aspectos e impactos ambientais de nossas operações são avaliados e monitorados pelo nosso Sistema de Gestão Ambiental (SGA), certificado pela norma ISO 14001. As emissões residuais de GEE de escopo 1 e 2 são compensadas através de créditos de carbono e certificados internacionais de energia renovável, ambos com integridade social e ambiental, rastreáveis e verificados por entidade reconhecida no mercado mundial.

Anualmente, a Cielo publica seu Relatório Integrado, instrumento pelo qual a Companhia apresenta informações sobre a performance e os impactos de seu modelo de negócio, estruturando as informações financeiras em sinergia com os aspectos ambientais, sociais e de governança. A publicação oferece uma ampla visão estratégica da Cielo, seu modelo de negócio e geração de valor e está disponível em <https://www.cielo.com.br/sustentabilidade/central-de-downloads/>.

RECONHECIMENTOS EM ESG



Pelo 11º ano consecutivo, a empresa integra a carteira do **ISE B3 - Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores do Brasil**, considerado um dos mais reconhecidos indicadores do desempenho médio das cotações dos ativos de empresas.



A Cielo foi pioneira no mercado da adquirência, ao se tornar a única empresa do setor a receber o **Selo Empresa Pró-Ética**. Este selo reconhece publicamente as companhias comprometidas em implementar medidas voluntárias de prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude.



A Cielo conquistou a **1ª posição no ranking de Empresas Financeiras da Institutional Investor**, uma das maiores revistas globais de finanças. A companhia não só demonstrou o melhor desempenho no Brasil, como também ocupou a 1ª posição entre as empresas financeiras da América Latina (excluindo bancos).



O Estadão Empresas Mais reconheceu as **práticas de Governança** da Cielo como uma das melhores no Brasil.

A governança corporativa é um valor para a Cielo, que tem como uma de suas metas o seu aperfeiçoamento constante, em um processo contínuo e de longo prazo, voltado para a performance sustentável da Cielo. Para tanto, a Cielo adota, de maneira voluntária, as melhores práticas de governança corporativa, além daquelas exigidas para empresas listadas no segmento Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), evidenciando o comprometimento da Cielo e de seus administradores com o interesse de seus acionistas e investidores.

A maximização de sua eficiência e criação de valor de longo prazo traduz-se, por exemplo, por meio: (a) da adoção de sistema adequado de tomada de decisões e do monitoramento acerca do cumprimento desse sistema; (b) da manutenção de uma Área de Governança Corporativa, a qual tem por objetivo auxiliar os órgãos de administração e os comitês/fóruns de assessoramento da Cielo e suas controladas, bem como garantir a observância das melhores práticas de governança corporativa; (c) da prática de condutas éticas e sustentáveis; (d) da avaliação formal de desempenho do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e Diretoria Executiva, de maneira colegiada e individual; (e) da presença de pessoas distintas ocupando os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente; (f) da existência de Calendário Anual de Eventos e Agenda Anual do Conselho de Administração, contendo todos os temas a serem abordados ao longo do ano nas reuniões previamente agendadas; (g) da troca de informações através do Portal Eletrônico de Governança Corporativa; (h) da existência de Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesses ("Política TPR"); e (i) da existência do Código de Conduta Ética de adesão obrigatória por todos os colaboradores e administradores, o qual define os princípios básicos que deverão nortear as relações e atividades na Cielo, além de reforçar a necessidade de cumprir a legislação vigente, amplamente disseminado na Cielo e publicamente divulgado em seu site de Relações com Investidores.

Importante destacar que, desde 2013, a Cielo instituiu a Política TPR, que teve por objetivo consolidar os procedimentos a serem observados nos negócios da Cielo envolvendo partes relacionadas, bem como em outras situações que envolvam potencial conflito de interesse, conferindo transparência sobre referidos procedimentos aos seus acionistas e ao mercado em geral e garantindo o seu estrito alinhamento aos interesses da Cielo, sempre consoante às melhores práticas de Governança Corporativa. A Política foi revista em julho de 2021 para aderir às recomendações do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas, elaborado pelo Grupo de Trabalho Interagentes, o qual é coordenado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

Com relação às transações com partes relacionadas, devem ser observadas as alçadas e procedimentos previstos na Política de TPR e no Estatuto Social. As transações são instruídas com a documentação que demonstra que a respectiva transação será realizada em condições equânimes de mercado (tais como, mas não se limitando a, propostas comerciais que tenham sido efetivamente obtidas de terceiros independentes e pesquisas de mercado sobre preços e outras condições em operações similares). Não obstante o envio desta documentação, poderão ainda ser apresentados estudos, relatórios e/ou laudos de avaliação independente elaborado sem a participação de nenhuma parte envolvida na TPR, seja ela banco, advogado, empresa de consultoria especializada, entre outros, com base em premissas realistas e informações referendadas por terceiros, a respeito da comutatividade dos termos da transação. Caso a aprovação da transação seja de alçada do Conselho de Administração da Cielo, o Comitê de Governança Corporativa avaliará a documentação acima mencionada e recomendará ou não o tema para deliberação do Conselho de Administração.

Importante destacar que o Comitê de Governança Corporativa e Conselho de Administração, quando convocados para avaliar e/ou aprovar propostas de transações com partes relacionadas realizadas entre a Cielo e qualquer de seus acionistas controladores, em caráter excepcional, serão compostos por todos os conselheiros independentes, devendo os referidos conselheiros serem convocados a apreciar a matéria na condição de membros *ad hoc* do Comitê, em substituição ao(s) membro(s) indicado(s) pelo(s) acionista(s) controlador(es) conflitado(s), além dos membros que não estiverem conflitados.

Ademais, uma pessoa em posição de conflito (i) *a priori*, não participará das reuniões ou (ii) se estiver presente em razão de outros assuntos pautados, deverá se ausentar das discussões sobre o tema e se abster de votar em deliberação sobre negociar, avaliar, opinar ou de qualquer outra forma participar ou influenciar na condução ou aprovação da respectiva matéria. Caso solicitado pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Diretor-Presidente, conforme o caso, a pessoa conflitada poderá participar parcialmente das discussões, visando subsidiá-las com mais informações sobre a operação e as partes envolvidas, devendo sempre, contudo, se ausentar ao final da discussão, inclusive e sobretudo do processo de votação da matéria. Também não participarão das reuniões do Conselho de Administração ou Comitê de Governança Corporativa o(s) membro(s) indicado(s) pelo(s) acionista(s) controlador(es) que não estiver(em) em posição de conflito quando a matéria que for objeto de deliberação se referir à questão estratégica do acionista conflitado.

Em relação aos órgãos de governança corporativa da Cielo, o Conselho de Administração, com atuação colegiada, deverá ser composto por no mínimo 07 (sete) e no máximo 12 (doze) membros, os quais não exercem função executiva na Cielo, sendo 04 (quatro) membros independentes, cuja independência visa especialmente resguardar os interesses da Companhia e de seus acionistas não controladores. Ao Conselho de Administração compete, entre outras atribuições, fixar a orientação geral dos negócios da Cielo, eleger os membros da Diretoria Executiva e fiscalizar a sua gestão. Atualmente, a Diretoria Executiva da Cielo é composta por, no mínimo 02 (dois) e, no máximo, 11 (onze) membros e exerce a administração geral da Cielo, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração. Ademais, como mais uma evidência da aderência da Cielo às melhores práticas de Governança Corporativa, o Conselho de Administração possui 06 (seis) Comitês de Assessoramento, quais sejam: Comitê de Auditoria, Comitê de Finanças, Comitê de Governança Corporativa, Comitê de Pessoas e Remuneração, Comitê de Sustentabilidade e Comitê de Riscos; e a Diretoria Executiva possui 09 (nove) fóruns de assessoramento: Fórum de Divulgação, Fórum de Ética, Fórum ESG, Fórum Estratégico de Precificação, Fórum de Investimento Social e Cultural, Fórum de Diversidade, Fórum de Produtos e Serviços, Fórum Gestor de Segurança da Informação e Prevenção à Fraude e Fórum de Privacidade e Proteção de Dados.

O Conselho Fiscal da Cielo, órgão independente da administração, está atualmente instalado para supervisionar as atividades da administração e é composto por 05 (cinco) membros titulares e 05 (cinco) membros suplentes, sendo, dentre os membros titulares, 04 (quatro) membros indicados pelos acionistas controladores e 01 (um) membro independente indicado pelos acionistas não controladores.

AGRADECIMENTOS

Motivados pelo que conquistamos nos períodos anteriores, mantemo-nos cientes dos desafios e oportunidades que se apresentam no mercado de pagamentos e empenhados no propósito de construir uma empresa cada vez melhor.

Agradecemos toda a dedicação do nosso time, a confiança de nossos clientes, acionistas e parceiros.

Informamos que, durante o exercício de 2023, o Grupo Cielo contratou os serviços de auditoria independente da KPMG.

A Política do Grupo Cielo na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Para tanto, o Grupo Cielo adota em sua política de contratação de auditores os seguintes princípios internacionalmente aceitos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

O Grupo Cielo declara que os auditores independentes foram contratados para prestar serviços não relacionados à auditoria externa até 31 de dezembro de 2023, que consiste na asseguuração limitada sobre as informações Ambientais, Sociais e de Governança do Relatório de Sustentabilidade de 2022 e asseguuração razoável sobre a conformidade com Termo de Compromisso de Cessação de Prática estabelecidas entre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) e a Cielo. A contratação atende ao requisito de governança corporativa do grupo, que determina que toda contratação extraordinária da auditoria independente que audita as suas demonstrações contábeis, direta ou indiretamente, necessita ser previamente avaliada pelo Comitê de Auditoria e autorizada pelo Conselho de Administração. O montante desses serviços, em conjunto, totaliza R\$ 333,0 mil e representa cerca de 12,8% do total dos honorários de auditoria das demonstrações contábeis do Grupo Cielo no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Informações adicionais sobre honorários de auditoria são disponibilizadas no Formulário de Referência.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Demonstrações Contábeis Consolidadas referentes
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023
e relatório dos auditores independentes
sobre as Demonstrações Contábeis
(*IFRS*)

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis.....	2
Balancos patrimoniais.....	8
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações de resultados abrangentes.....	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Demonstrações do valor adicionado.....	13
1 Contexto operacional.....	14
2 Informações materiais da política contábil	15
3 Demonstrações Contábeis Consolidadas.....	25
4 Caixa e equivalentes de caixa	25
5 Instrumentos financeiros, incluindo derivativos.....	26
6 Fundos de investimento em direitos creditórios (“FIDCs”)	27
7 Contas a receber operacionais	30
8 Imposto de Renda, Contribuição Social e outros tributos.....	30
9 Imobilizado	32
10 Bens de direito de uso e arrendamentos a pagar	32
11 Intangível	34
12 Contas a pagar a clientes.....	35
13 Empréstimos e financiamentos	35
14 Outras obrigações.....	38
15 Riscos tributários, cíveis e trabalhistas.....	38
16 Patrimônio líquido.....	41
17 Lucro líquido por ação	45
18 Receita líquida.....	46
19 Gastos por natureza	46
20 Compromissos	47
21 Benefícios a empregados.....	48
22 Participação de colaboradores e administradores no resultado	48
23 Remuneração de Administradores e Conselho Fiscal.....	49
24 Plano de ações restritas.....	49
25 Resultado financeiro	50
26 Gestão de riscos.....	51
27 Transações e saldos com partes relacionadas.....	60
28 Informações por segmento de negócio	63
29 Itens que não afetam o caixa.....	64
30 Cobertura de seguros.....	65
31 Aprovação das Demonstrações Contábeis.....	65
32 Evento subsequente.....	65



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento

Barueri – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Cielo S.A – Instituição de Pagamento em 31 de dezembro de 2023, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento e apresentação das Contas a receber de emissores, das Contas a pagar a estabelecimentos e da Receita operacional bruta mediante a captura, o processamento e a liquidação das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito

Veja as Notas nº 2.6, 7, 12 e 18 das demonstrações contábeis consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia efetua a captura, o processamento e a liquidação de transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito, que são a base para o reconhecimento das receitas operacionais e outras informações apresentadas nas demonstrações contábeis consolidadas, principalmente relacionadas às rubricas de saldos a pagar a estabelecimentos comerciais e saldos a receber de emissores. Em função da alta complexidade inerente ao processo de captura, processamento e liquidação das transações, que pode impactar os valores registrados nas demonstrações contábeis consolidadas, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram a obtenção do entendimento do desenho dos controles chave relacionados à captura, ao processamento e à liquidação de transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito.</p> <p>Para as Contas a receber de emissores, efetuamos testes relacionados às conciliações dos saldos contábeis com informações provenientes de relatórios fornecidos pelos sistemas legados, bem como testes por amostragem, de verificação de documentação suporte para registro e liquidação das transações.</p> <p>Para as Contas a pagar a estabelecimentos, efetuamos testes relacionados às conciliações dos saldos contábeis com informações provenientes de relatórios fornecidos pelos sistemas legados, bem como testes, por amostragem, de verificação de documentação suporte para registro e liquidação das transações, assim como testes de liquidação subsequente para os saldos em aberto na data-base.</p> <p>Para as contas de receita operacional bruta efetuamos testes relacionados às conciliações dos saldos contábeis com informações provenientes de relatórios fornecidos pelos sistemas legados, bem como testes, por amostragem, de verificação de documentação suporte para registro, liquidação das transações e devido reconhecimento da receita, assim como recálculos globais das receitas com comissões e das receitas com antecipações de recebíveis.</p> <p>Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis consolidadas descritas nas notas explicativas nº 2.6, 7, 12 e 18.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis os saldos apresentados nas linhas de Contas a receber de emissores, das Contas a pagar a estabelecimentos e da Receita operacional bruta e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis de vida útil definida (Controlada - Cateno Gestão de Pagamentos S.A.)

Veja a Nota nº 11 das demonstrações contábeis consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme descrito na nota explicativa nº 11, os valores de ativos intangíveis com vida útil definida (Direito de Exploração - Arranjo de Pagamento Ourocard), estão classificados na demonstração financeira consolidada em conta específica, cuja realização está suportada por meio de estudo do "Fluxo de Caixa Descontado" baseado no plano de negócios preparado pela Administração. Devido à relevância do saldo e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura das unidades geradoras de caixa para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos, que pode impactar o valor do intangível registrado na demonstração financeira consolidada, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.</p>	<p>Com o suporte técnico dos especialistas em finanças corporativas, analisamos a razoabilidade e consistência dos dados e premissas utilizados no último estudo de avaliação do valor recuperável, utilizado pela administração da controlada, tais como taxas de crescimento, taxas de desconto, projeções de fluxos de caixa e estimativas de rentabilidade, bem como a razoabilidade dos cálculos matemáticos incluídos neste estudo. O estudo vigente para essa avaliação é o que foi realizado no segundo semestre de 2023. Adicionalmente, comparamos a projeção de lucro apresentada pela administração na última avaliação efetuada com o desempenho econômico e financeiro da Controlada no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.</p> <p>Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis consolidadas descrita na nota explicativa nº 11.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis a mensuração dos ativos intangíveis de vida útil definida e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Provisão para créditos incobráveis

Veja as Notas nº 7 e 26 das demonstrações contábeis consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme descrito nas notas explicativas nº 7 e 26, os principais riscos de crédito aos quais a Companhia está exposta são : (i) os valores a receber de emissores, (ii) o risco dos subcredenciadores não realizarem a liquidação dos valores para os estabelecimentos comerciais , (iii) os valores de chargeback, estorno ou cancelamento quando já houve a realização da liquidação dos recebíveis ou aquisição dos recebíveis dos estabelecimentos comerciais em vendas diferidas e (iv) o não pagamento do aluguel dos terminais de captura utilizados pelos estabelecimentos comerciais. Para endereçamento desses riscos, além da análise de crédito e avaliação da necessidade de apresentação de garantias por parte dos emissores e subcredenciadores, efetuadas através de monitoramento contínuo das contrapartes, a Companhia, conforme nota explicativa nº 7, constitui provisão para créditos incobráveis. Esta provisão é determinada por meio de metodologia que consiste na atribuição de ratings e percentuais de provisão, conforme faixa de atraso das operações.</p> <p>Devido à relevância do saldo no contexto das demonstrações contábeis consolidadas e o grau de julgamento considerado nas estimativas utilizadas, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram a obtenção do entendimento do desenho dos controles internos considerados relevantes e relacionados com a análise de risco de crédito dos emissores, subcredenciadores e estabelecimentos comerciais, assim como da elaboração e aprovação da metodologia de provisão para créditos incobráveis.</p> <p>Efetuamos, por amostragem , testes relacionados à atribuição do rating para os emissores de acordo com a norma interna vigente e à análise de garantias por parte dos emissores e subcredenciadores</p> <p>Avaliamos os dados, tais como data de vencimento, dias em atraso e atribuição de rating, utilizados no cálculo da provisão e, com base na metodologia de mensuração da provisão para perdas esperadas sobre contas a receber, recalculamos os saldos contábeis provisionados nas demonstrações contábeis consolidadas.</p> <p>Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas, descritas nas notas explicativas nº 7 e 26, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen").</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a provisão para créditos incobráveis e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Gustavo Mendes Bonini
Contador CRC 1SP296875/O-4

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Balancos patrimoniais consolidados levantados em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.254.164	1.882.866	Passivos financeiros		82.957.153	82.651.270
Ativos financeiros		94.501.575	93.885.390	Contas a pagar a clientes	12	75.480.752	77.835.921
Contas a receber operacionais	7	93.509.519	93.007.984	Contas a pagar com partes relacionadas	27	464.250	422.596
Contas a receber de partes relacionadas	27	921.146	826.350	Empréstimos e financiamentos	13	4.732.526	3.623.321
Outros valores a receber	7	70.910	51.056	Fornecedores		199.317	131.552
Despesas pagas antecipadamente		168.808	93.492	Obrigações com cotas senior FIDC	6	2.073.915	629.408
Impostos antecipados e a recuperar		828.577	608.095	Arrendamentos a pagar	10	6.393	8.472
Total do ativo circulante		96.753.124	96.469.843	Outras obrigações	14	767.648	756.978
				Impostos e contribuições a pagar	8	235.953	280.768
				Dividendos a pagar		154.100	224.189
				Total do passivo circulante		84.114.854	83.913.205
Não circulante				Não circulante			
Ativos financeiros		196.797	303.855	Passivos financeiros		8.290.995	9.745.559
Instrumentos financeiros, incluindo derivativos	5	180.164	286.718	Empréstimos e financiamentos	13	2.998.405	3.019.750
Outros valores a receber	7	16.633	17.137	Obrigações com cotas sênior FIDC	6	5.201.973	6.669.167
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	1.113.737	1.348.910	Obrigações com cotas de fundos de investimento		70.110	29.311
Depósitos judiciais	15	70.741	1.584.203	Arrendamentos a pagar	10	20.507	27.331
Imobilizado	9	816.739	950.937	Outras obrigações	14	65.270	69.890
Bens de direito de uso	10	21.719	29.871	Riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15	326.229	2.239.392
Intangível	11	8.809.343	9.097.199	Total do passivo não circulante		8.682.494	12.054.841
Total do ativo não circulante		11.029.076	13.314.975				
				Patrimônio líquido			
				Capital social	16	5.700.000	5.700.000
				Reserva de capital	16	62.205	74.520
				Ações em tesouraria	16	(94.989)	(113.605)
				Outros resultados abrangentes	16	497.389	496.015
				Reservas de lucros	16	6.116.754	4.793.904
				Atribuído a:			
				Participação de acionistas controladores		12.281.359	10.950.834
				Acionistas não controladores		2.703.493	2.865.938
				Total do patrimônio líquido		14.984.852	13.816.772
Total do ativo		107.782.200	109.784.818	Total do passivo e patrimônio líquido		107.782.200	109.784.818

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Demonstrações consolidadas do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Exercícios	
		31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	18	10.601.105	10.693.106
Custo dos serviços prestados	19	(5.609.449)	(6.268.754)
Lucro bruto		4.991.656	4.424.352
Receitas (despesas) operacionais			
Pessoal	19	(1.226.272)	(1.014.935)
Gerais e administrativas	19	(358.627)	(332.903)
Vendas e marketing	19	(140.242)	(155.560)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	19	238.948	(235.968)
Lucro operacional		3.505.463	2.684.986
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	25	331.978	467.612
Despesas financeiras	25	(2.025.002)	(1.724.575)
Rendimento de cotas FIDCs e Antecipação de Recebíveis	25	1.566.704	938.478
Variação cambial, líquida	25	(28.333)	(67.815)
		(154.653)	(386.300)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		3.350.810	2.298.686
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	8	(647.313)	(684.458)
Diferidos	8	(235.031)	100.452
Lucro líquido do exercício		2.468.466	1.714.680
Atribuído a:			
Acionistas controladores		2.087.137	1.411.468
Acionistas não controladores		381.329	303.212
Lucro líquido por ação (em R\$) - Básico	17	0,77525	0,52201
Lucro líquido por ação (em R\$) - Diluído	17	0,77008	0,51809

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Demonstrações consolidadas dos resultados abrangentes
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

	Exercícios	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	2.468.466	1.714.680
Itens que podem ser reclassificados para o resultado		
Diferenças de câmbio na conversão de operações no exterior:		
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(314)	136.078
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado		
Benefício pós-emprego	1.688	3.310
Movimentações do exercício	1.374	139.388
Resultado abrangente total	<u>2.469.840</u>	<u>1.854.068</u>
Atribuído a:		
Acionistas controladores	2.088.511	1.550.856
Acionistas não controladores	<u>381.329</u>	<u>303.212</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Retenção de lucros	Outros Resultados abrangentes	Total da participação dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Legal	Orçamento de capital					
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.700.000	80.657	(98.578)	1.140.000	2.919.633	-	356.627	10.098.339	3.095.264	13.193.603
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	(47.425)	-	-	-	-	(47.425)	-	(47.425)
Ações restritas outorgadas	-	26.261	-	-	-	-	-	26.261	-	26.261
Transferência de ações em tesouraria pelo exercício de ações	-	(32.398)	32.398	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.411.468	-	1.411.468	303.212	1.714.680
Destinação sobre o lucro líquido do exercício:										
Juros sobre o capital próprio propostos	-	-	-	-	-	(239.000)	-	(239.000)	-	(239.000)
Juros sobre o capital próprio pagos	-	-	-	-	-	(438.197)	-	(438.197)	-	(438.197)
Reserva de orçamento de capital	-	-	-	-	734.271	(734.271)	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes:										
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	-	-	-	-	-	-	136.078	136.078	-	136.078
Benefício pós emprego	-	-	-	-	-	-	3.310	3.310	-	3.310
Efeito dos acionistas não controladores sobre entidades consolidadas	-	-	-	-	-	-	-	-	(532.538)	(532.538)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.700.000	74.520	(113.605)	1.140.000	3.653.904	-	496.015	10.950.834	2.865.938	13.816.772
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.700.000	74.520	(113.605)	1.140.000	3.653.904	-	496.015	10.950.834	2.865.938	13.816.772
Aquisição de ações em tesouraria	24	-	(30.842)	-	-	-	-	(30.842)	-	(30.842)
Ações restritas outorgadas	24	-	37.143	-	-	-	-	37.143	-	37.143
Transferência de ações em tesouraria pelo exercício de ações	24	-	(49.458)	49.458	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	2.087.137	-	2.087.137	381.329	2.468.466
Destinação sobre o lucro líquido do exercício:										
Juros sobre o capital próprio propostos	16g	-	-	-	-	(179.388)	-	(179.388)	-	(179.388)
Juros sobre o capital próprio pagos	16g	-	-	-	-	(584.899)	-	(584.899)	-	(584.899)
Reserva de orçamento de capital	-	-	-	-	1.322.850	(1.322.850)	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes:										
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	-	-	-	-	-	-	(314)	(314)	-	(314)
Benefício pós emprego	-	-	-	-	-	-	1.688	1.688	-	1.688
Efeito dos acionistas não controladores sobre entidades consolidadas	-	-	-	-	-	-	-	-	(543.774)	(543.774)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.700.000	62.205	(94.989)	1.140.000	4.976.754	-	497.389	12.281.359	2.703.493	14.984.852

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.350.810	2.298.686
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	9, 10 e 11	919.194	981.678
Baixas e provisões/(reversões) para perdas de imobilizado e intangível	9 e 11	16.876	135.204
Variação cambial sobre imobilizado e intangível	9 e 11	-	72.800
Ações restritas outorgadas	24	37.143	26.261
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa, fraude e <i>chargeback</i>	19	164.725	141.665
Provisão líquida para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		(318.941)	135.024
Variação cambial sobre juros de empréstimos e financiamentos captados no exterior	13	-	(30.469)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		-	(58.605)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	13	913.328	655.457
Amortização de custos de emissão de dívidas	13	1.551	3.778
Despesa financeira sobre arrendamento	10	1.488	1.826
Redução/(aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber operacionais		(666.260)	(14.285.770)
Contas a receber com partes relacionadas		(94.796)	(88.245)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		235.173	(63.213)
Impostos antecipados e a recuperar		(220.482)	(193.653)
Depósitos judiciais		(3.679)	(7.560)
Outros valores a receber		(19.664)	186.999
Despesas pagas antecipadamente		(75.316)	26.952
Instrumentos financeiros, incluindo derivativos		106.554	(58.867)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		67.765	(201.421)
Impostos e contribuições a pagar		(991.565)	341.151
Contas a pagar a clientes		(2.355.169)	8.690.147
Contas a pagar com partes relacionadas		41.654	31.532
Dividendos a pagar		943.644	27.510
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	15.a)	(77.081)	(54.123)
Arrendamentos a pagar		(1.915)	(5.157)
Outras obrigações		(496.925)	(279.517)
Caixa líquido gerado nas/(aplicado em) atividades operacionais		1.478.112	(1.569.930)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(518.805)	(561.272)
Caixa líquido gerado nas/(aplicado em) atividades operacionais		959.307	(2.131.202)
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Venda de participação em controlada		-	648.184
Aquisições de bens de direito de uso	10	(941)	(1.500)
Aquisições de imobilizado de uso	9	(234.133)	(470.023)
Aquisições de intangível	11	(270.790)	(231.842)
Caixa líquido (aplicado em)/gerado nas atividades de investimento		(505.864)	(55.181)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Captação de empréstimos	13	11.840.000	5.420.000
Pagamento de principal de empréstimos, líquido de derivativos	13	(10.599.681)	(5.217.254)
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	13	-	(4.953)
Juros pagos	13	(1.067.338)	(478.592)
Aumento de participação de terceiros no FIDC		1.102.535	893.596
Amortização de cotas de terceiros no FIDC		(1.125.222)	(852.095)
Aquisição de ações em tesouraria		(30.842)	(47.425)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(1.193.121)	(975.055)
Arrendamentos pagos	10	(8.476)	(9.176)
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamento		(1.082.145)	(1.270.954)
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(628.702)	(3.457.337)
Caixa e equivalentes de caixa			
Saldo final	4	1.254.164	1.882.866
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa no exterior		(4.725)	(13.588)
Saldo inicial	4	1.882.866	5.340.203
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(628.702)	(3.457.337)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Demonstrações consolidadas do valor adicionado
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Receitas			
Vendas de serviços	18	12.013.125	12.076.317
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa, fraude e <i>chargeback</i>	19	(164.725)	(141.665)
		11.848.400	11.934.652
Insumos adquiridos de terceiros			
Gastos com serviços prestados		(4.500.683)	(5.019.450)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(515.626)	(514.461)
Outros gastos, líquidos		407.114	27.830
(Perda) recuperação na realização de ativos	19	(3.440)	(122.134)
		(4.612.635)	(5.628.215)
Valor adicionado bruto			
		7.235.765	6.306.437
Depreciações e amortizações	9, 10 e 11	(919.194)	(981.678)
Valor adicionado líquido produzido			
		6.316.571	5.324.759
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras, incluindo antecipação de recebíveis e variação cambial líquida		1.870.349	1.338.275
Valor adicionado total a distribuir			
		8.186.920	6.663.034
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos		(1.258.600)	(1.135.360)
Remuneração Direta		(767.186)	(740.726)
Benefícios		(209.151)	(162.144)
FGTS		(56.504)	(49.028)
Participação de colaboradores e administradores no resultado	22	(225.759)	(183.462)
Impostos, taxas e contribuições		(2.439.293)	(2.094.093)
Federais		(2.204.860)	(1.833.361)
Estaduais		(56)	(23)
Municipais		(234.377)	(260.709)
Despesas de juros e alugueis incorridos		(2.020.561)	(1.718.901)
Aluguéis		(8.847)	(5.433)
Juros		(1.944.708)	(1.631.261)
Outras		(67.006)	(82.207)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(954.121)	(739.295)
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos		(207.539)	(239.000)
Retenção de lucros		(925.477)	(433.173)
Acionistas não controladores		(381.329)	(303.212)
Valor adicionado distribuído			
		(8.186.920)	(6.663.034)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Cielo S.A. - Instituição de Pagamento (“Companhia” ou “Cielo”) foi constituída no Brasil em 23 de novembro de 1995 e tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados aos cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, incluindo serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços; o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos; a coleta de dados e o processamento de transações eletrônicas e manuais, assim como a emissão e gestão de contas de pagamentos.

A Cielo é uma sociedade por ações com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo. Suas ações foram admitidas à negociação na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob a sigla “CIEL3”, e junto com as suas subsidiárias integram os grupos Banco do Brasil S.A. (“Banco do Brasil”) e Banco Bradesco S.A. (“Bradesco”).

As Controladas Diretas e Indiretas da Companhia e Controladas em conjunto (“*joint venture*”), que junto à Cielo também são designadas como “Grupo Cielo” ao longo deste relatório, prestam serviços relacionados a meios de pagamentos ou complementares aos serviços de aquisição, tais como prestação de serviços de processamento de meios de pagamentos envolvendo cartões, serviços de manutenção e contatos com estabelecimentos comerciais para aceitação de cartões de crédito e de débito, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, processamento de transações eletrônicas, serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet.

Eventos significativos do exercício:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, destacam-se os seguintes eventos:

- Em 30 de março de 2023, foi aprovada a abertura do novo programa de recompra de ações, por meio do qual a Companhia foi autorizada a adquirir até 6.569.512 (seis milhões, quinhentas e sessenta e nove mil, quinhentas e doze) ações ordinárias, sem valor nominal, de sua própria emissão. Esta ação visa amparar exclusivamente programas de remuneração variável da Companhia.
- Em 18 de maio de 2023, foram pagos os juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 196.210, referente ao primeiro trimestre de 2023.
- Em 19 de junho de 2023, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região homologou a desistência pela Companhia, do Processo em que a questionava a majoração da alíquota da COFINS entre os exercícios de 2004 e 2017. A decisão da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração após avaliações internas e consultas a assessores jurídicos especializados, tendo em vista a existência de decisão do Supremo Tribunal Federal desfavorável à tese defendida pela Companhia no processo em questão. A desistência da

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

ação não gerou impacto no resultado da Companhia ou nas suas disponibilidades de caixa, uma vez que os valores referentes a tal ação foram integralmente provisionados e depositados em juízo.

- Em decorrência da finalização do julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF), ocorrido em junho de 2023, que pacificou entendimento e manteve a cobrança do Imposto sobre Serviço (ISS) no município-sede da empresa prestadora e não nas cidades onde estão os tomadores de serviço, foram revertidos os saldos provisionados, conforme descrito na nota explicativa nº 15.
- Em 22 de agosto de 2023, foram pagos os juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 196.970, referente ao segundo trimestre de 2023.
- Em 23 de novembro de 2023, foram pagos os juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 191.719, referente ao terceiro trimestre de 2023.
- Em dezembro de 2023, foi realizado o resgate parcial de ações da Cateno, no valor total de R\$ 385.733, liquidado em caixa para as acionistas Cielo (no montante de R\$ 270.013, correspondentes a 70% de participação) e BB Elo Cartões Participações S.A. (no montante de R\$ 115.720, correspondentes a 30% de participação). A operação não resultou em alteração na composição societária da controlada.
- Em 21 de dezembro de 2023, foi aprovado pelo Conselho de Administração o pagamento dos juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 179.388, referente ao quarto trimestre de 2023, que serão pagos em 31 de janeiro de 2024.
- Em 27 de dezembro de 2023, ocorreram as liquidações da 1ª, 2ª e 3ª emissões de debêntures simples no montante de R\$ 3.480.224, com vencimento em 30 de dezembro de 2023 e juros remuneratórios baseados na variação percentual acumulada entre 100% e 111% da taxa média diária de juros do Certificado de Depósito Interbancário ("DI").

2 Informações materiais da política contábil

2.1 Declaração de conformidade e aprovação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 05 de fevereiro de 2024.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

2.2 Base de elaboração

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

A Administração determinou que a moeda funcional de suas controladas no exterior é o dólar norte-americano. Na Cielo USA Inc (“Cielo USA”), o fator preponderante para determinação da moeda funcional foi a captação de empréstimos denominados em dólares norte-americanos para aquisição do controle da Merchant e-Solutions, Inc (“MerchantE”). Adicionalmente, com relação à MerchantE (vendida em abril de 2022), os fluxos de caixa e os serviços prestados eram integralmente em dólares norte-americanos.

Para fins de apresentação das Demonstrações Contábeis Consolidadas, os ativos e passivos das controladas Cielo USA e MerchantE (localizadas nos Estados Unidos da América), originalmente denominadas em dólares norte-americanos, foram convertidos para reais, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados foram convertidos pelas taxas de câmbio médias mensais. As variações cambiais resultantes dessas conversões foram classificadas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.

2.4 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares.

As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são apropriadas ao resultado na data da captura/processamento das transações. A receita decorrente de serviços de gestão de operações de cartões de crédito e débito e de contas de pagamentos, bem como outros serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais, é apropriada no resultado quando da efetiva prestação de serviços.

A receita com aquisição de recebíveis aos estabelecimentos comerciais é reconhecida “*pro rata temporis*”, considerando os seus prazos de vencimento.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor justo, sendo demonstrados pelo valor justo. O caixa e equivalentes de caixa e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

2.6 Contas a receber operacionais e contas a pagar a clientes

a) Contas a receber operacionais

Contas a receber de emissores

Referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e de débito emitidos por instituições financeiras, sendo os saldos de contas a receber dos bancos emissores líquidos das taxas de intercâmbio.

b) Contas a pagar a clientes

São relativas às obrigações de pagar aos estabelecimentos comerciais credenciados pela Companhia e incluem os valores transacionados com utilização de cartões (débito/crédito) para compra de produtos e/ou serviços.

Valores a liquidar para clientes referentes a transações processadas

São representados por saldos devidos a clientes de transações processadas que ainda não foram pagas.

2.7 Imobilizado

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e das perdas por redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.8 Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. É composto por:

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Os ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

registrados por seu custo de aquisição, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada, o valor residual e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis gerados internamente

Os gastos atribuídos ao desenvolvimento de um ativo intangível em fase de pesquisa são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos. Os gastos com o desenvolvimento são contabilizados no intangível, porém quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

Anualmente, e se houver evidência, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos tiveram alguma perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor do que seu o valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.9 Combinação de negócios

Nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

2.10 Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado por seu custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

recuperável, se houver. Para fins de teste por redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa que irão beneficiar-se das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste por redução no valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor recuperável.

Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos.

Nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, o ágio gerado pela aquisição de controladas é reconhecido no ativo intangível.

2.11 Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social na Companhia está baseada no lucro tributável do exercício. O Imposto de Renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (anualmente). A Contribuição Social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Impostos diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos em sua totalidade são reconhecidos sobre as diferenças entre os ativos e passivos para fins fiscais e correspondentes a valores apresentados nas Demonstrações Contábeis. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são determinados considerando-se as alíquotas e leis vigentes na data de preparação das Demonstrações Contábeis e aplicáveis quando o respectivo Imposto de Renda e Contribuição Social forem realizados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada semestralmente, e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponderem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

2.12 Benefícios a empregados

Previdência Complementar

Refere-se a valores de plano de previdência complementar com contribuições definidas do qual Companhia é copatrocinadora. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. Os pagamentos aos planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

Benefício pós-emprego

Representa valores que a Companhia possui como passivo atuarial decorrente de benefício pós-emprego, referente às expectativas de despesas com assistência médica.

2.13 Provisões para contingências

Reconhecida quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita e existe a probabilidade com base nas análises do valor potencial de perda, considerando o estágio atual do processo para saída de recursos e o valor da obrigação puder ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação no fim de cada exercício, levando-se em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

2.14 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica “Dividendos a pagar”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, quando aplicável, declarada pela Administração após o exercício contábil a que se referem às Demonstrações Contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas Demonstrações Contábeis, é registrada na rubrica “Dividendos adicionais propostos”, no patrimônio líquido. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio compõem o dividendo mínimo obrigatório.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

2.15 Plano de ações restritas

A Companhia oferece a seus administradores e a alguns de seus colaboradores plano de ações restritas. As ações são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas e são reconhecidas de modo linear no resultado pelo prazo de concessão da ação em contrapartida ao patrimônio líquido. No fim de cada exercício, a Companhia revisa as suas estimativas da quantidade de ações cujos direitos devem ser adquiridos com base nessas condições e reconhece o impacto causado pela revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

2.16 Ativos e passivos financeiros

a. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); (ii) custo amortizado; e (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da entidade, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são por padrão mensurados ao custo amortizado, exceto: (i) contratos de garantia financeira, (ii) compromissos de ceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado, (iii) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para o desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável. Um passivo financeiro será mensurado ao valor justo por meio do resultado, quando eliminar e/ou reduzir de forma significativa o descasamento contábil ou se o grupo do passivo ser gerenciado ao valor justo.

2.17 Instrumentos financeiros derivativos e operações de “*hedge*”

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos principalmente para gerenciar a sua exposição a flutuações em taxas de câmbio. A Companhia mensura os seus instrumentos financeiros derivativos baseados em cotações obtidas de participantes do mercado, que são o valor de mercado dos instrumentos financeiros na data das Demonstrações Contábeis.

Mudanças no valor de mercado de um derivativo que é altamente efetivo e que é designado e qualificado como um “*hedge*” de fluxo de caixa ou um “*hedge*” de investimento líquido são registradas na demonstração de resultados abrangentes, e quando qualificados como um “*hedge*” de valor justo, o objeto e o instrumento de “*hedge*” são registrados no resultado pelos valores justos.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

A Companhia avalia, tanto no início da cobertura do “*hedge*” quanto em uma base contínua, se os derivativos usados em operações de “*hedge*” são altamente eficazes na compensação das alterações no valor de mercado ou fluxos de caixa de elementos cobertos. Quando um objeto de “*hedge*” é vendido, terminado, vencido ou exercido, o ganho ou perda cumulativo não realizado, que tinha sido reconhecido na demonstração do resultado abrangente, é imediatamente reportada na demonstração do resultado. Adicionalmente, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros não caracterizados como “*hedge*” ou caracterizados com “*hedge*” de valor justo são reconhecidas na linha de Resultado Financeiro, líquido, na demonstração do resultado.

2.18 Operações de arrendamento

Para os contratos de arrendamento com prazo superior a um ano, a Companhia reconhece: (i) um passivo de arrendamento que corresponde à soma das contraprestações do contrato à valor presente e (ii) o respectivo ativo de direito de uso. Os valores do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso são remensurados quando ocorrem mudanças e/ou reajustes nos contratos, sendo que o ativo de direito de uso é avaliado, no mínimo anualmente (e/ou quando houver evidência), quanto a sua recuperabilidade.

Os contratos de arrendamento são reconhecidos a partir das premissas a seguir:

Mensuração do passivo de arrendamento

Mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de financiamento incremental da Companhia.

Prazo de arrendamento

A Companhia reconhece os contratos de arrendamento considerando prazo original e desde que o contrato não seja considerado de curto prazo e/ou baixo valor.

Taxa de juros incremental de financiamento

Para calcular o valor justo dos contratos, a Companhia considera a taxa de juros necessária para financiar a aquisição dos ativos arrendados em condições similares ao custo do dinheiro para a Companhia, utilizando como base as taxas praticadas nas captações de recursos mais recentes no momento de reconhecimento do contrato de arrendamento.

Depreciação/amortização do ativo de direito de uso

A vida útil dos ativos de direito de uso é definida como o prazo total de vigência do

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

contrato, sendo reconhecida sua depreciação/amortização de forma sistemática e linear ao decorrer de sua vida útil.

Encargos financeiros

Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados a cada exercício durante o prazo do contrato.

2.19 Uso de estimativas

A preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Companhia e de suas controladas que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no exercício demonstrado. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa (sobre contas a receber de aluguel de equipamentos de captura de transação), Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (quando aplicável), provisão para riscos e determinação do valor justo de instrumentos financeiros. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas no mínimo semestralmente.

2.20 Novas normas e alteradas em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, o Grupo aplicou alterações as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se iniciou em ou após 1º de janeiro de 2023. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas Demonstrações Contábeis.

O Grupo adotou as alterações pela primeira vez no exercício corrente.

As alterações à IAS 1 modificam as exigências contidas na norma com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo 'principais políticas contábeis' por 'informações materiais da política contábil'. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas Demonstrações Contábeis de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos usuários da informação.

O Grupo Cielo adotou o CPC 50 (IFRS 17) e correspondentes alterações no qual estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 (IFRS 4) – Contratos de Seguro.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

O Grupo Cielo não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50 (IFRS 17).

O Grupo Cielo adotou as alterações à IAS 8 no qual substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas Demonstrações Contábeis sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.

O Grupo Cielo adotou as alterações à IAS 12 no qual introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares.

2.21 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Na data de autorização das Demonstrações Contábeis, o Grupo Cielo não adotou as novas normas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto.

Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1) – Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante.

Alterações à IAS 1 – Passivo Não Circulante com Covenants.

Alterações à IAS 7 e à IFRS 7 – Acordos de Financiamento de Fornecedores.

Alterações à IFRS 16 – Passivo de arrendamento em uma transação de “*Sale and Leaseback*”.

O Grupo Cielo não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as Demonstrações Contábeis em períodos futuros.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

3 Demonstrações Contábeis Consolidadas

As Demonstrações Contábeis Consolidadas incluem as informações da Companhia, de suas Controladas e dos fundos de investimento. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades.

Quando necessário, as informações contábeis das Controladas são ajustadas para adequar as suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Para as Controladas e fundos de investimento (FIDCs e FICs) foi aplicado o conceito de consolidação integral, o qual trata os investimentos em Controladas para reconhecer a totalidade de seus ativos, passivos, receitas e despesas na controladora, tornando-se, assim, necessário o reconhecimento da participação de acionistas não controladores.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o Grupo Cielo era composto pelas seguintes empresas:

Empresas	Participação no capital social (%)	
	31/12/2023	31/12/2022
Participação em Controladas e fundos:		
Aliança Pagamentos e Participações Ltda. ("Aliança")	99,99	99,99
BB Coral Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa LP Crédito Privado ("Coral")	100,00	100,00
Bradesco Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Pegasus ("Pegasus")	86,24	95,30
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. ("Cateno")	70,00	70,00
Cielo USA, Inc. ("Cielo USA")	100,00	100,00
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo ("FIDC Plus")	94,18	92,80
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo Emissores I ("FIDC Emissor I")	11,62	13,00
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo Emissores II ("FIDC Emissor II")	10,00	12,27
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Cielo ("FIDC")	100,00	100,00
Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Paggo")	50,00	50,00
Servinet Serviços Ltda. ("Servinet")	99,99	99,99
Stelo S.A. ("Stelo")	100,00	100,00

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa – em moeda nacional	1.222.725	1.851.253
Caixa e equivalentes de caixa – em moeda estrangeira	31.439	31.613
Total	1.254.164	1.882.866

Os saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa possuem rentabilidade através de aplicações automáticas, compromissadas e *time deposit* contratadas nos bancos de movimento, com liquidez diária e baixa probabilidade de mudanças significativas de valor.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

5 Instrumentos financeiros, incluindo derivativos

a. Ativos mensurados pelo custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os saldos são compostos por:

Faixa de vencimento	31/12/2023		31/12/2022	
	Total		Total	
	Valor justo	Valor de custo	Valor justo	Valor de custo
Títulos privados	180.164	180.164	187.481	187.481
Letras Financeiras – LF	180.164	180.164	187.481	187.481
Títulos públicos	-	-	99.237	84.000
Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT	-	-	99.237	84.000
Total	180.164	180.164	286.718	271.481

b. Passivos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo Cielo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. O Grupo Cielo não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

	Critério de mensuração	31/12/2023		31/12/2022
		Nível 2 de Valor Justo	Total	Total
Ativos				
Contas a receber operacionais	Custo amortizado	93.509.519	93.509.519	93.007.984
Instrumentos financeiros		180.164	180.164	286.718
Instrumentos financeiros	Custo amortizado	180.164	180.164	286.718
Outros valores a receber	Custo amortizado	87.543	87.543	68.193
Total de ativos financeiros		93.777.226	93.777.226	93.362.895
Passivos				
Contas a pagar a clientes	Custo amortizado	75.480.752	75.480.752	77.835.921
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	7.733.980	7.733.980	6.643.071
Fornecedores	Custo amortizado	199.317	199.317	131.552
Obrigações com cotas FIDC e de fundos de investimento	Custo amortizado	7.345.998	7.345.998	7.327.886
Outras obrigações	Custo amortizado	832.918	832.918	826.868
Arrendamento a pagar	Custo amortizado	26.900	26.900	35.803
Total de passivos financeiros		91.619.865	91.619.865	92.801.101

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

O valor justo dos ativos e passivos financeiros e dos financiamentos de curto e longo prazos, quando aplicável, foi determinado utilizando taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes, com condições e vencimentos similares.

A Companhia aplica a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e IFRS 13 - Mensuração ao valor justo. Os ativos e passivos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da hierarquia.

As metodologias utilizadas para a estimativa do valor justo estão definidas abaixo:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** Para as operações compromissadas lastreadas em debêntures, o valor justo é calculado pela cotação atual disponibilizada em mercados organizados de bolsa. Para aplicações em CDB e fundos de investimento, o valor justo é apurado a partir das taxas de juros atualizadas do DI disponibilizadas no mercado através de órgãos oficiais (como B3 e BACEN), e a partir dos valores atualizados das cotas divulgados no site da CVM, respectivamente.
- **Empréstimos e financiamentos:** Para os empréstimos e financiamentos, o valor justo foi calculado pelos pagamentos previstos de principal e juros até o vencimento, com as taxas de mercado.
- **Contas a pagar e recebíveis:** Contas a receber operacionais, Contas a pagar a clientes, Outros valores a receber, Fornecedores e Outras obrigações estão apresentados pelos valores das liquidações previstas nas datas de vencimento.
- **Fundos de investimento em direitos creditórios:** O valor da cota do fundo é um indicador adequado ao valor justo.

6 Fundos de investimento em direitos creditórios (“FIDCs”)

Todos os FIDCs têm por objetivo proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em direitos creditórios provenientes de transações de pagamento realizadas por usuários finais, com a utilização de instrumentos de pagamento para aquisição de bens, produtos e serviços nos estabelecimentos comerciais, ou por meio da aquisição de carteiras de crédito operacionalizadas por instituições financeiras parceiras, observadas as demais regras e normas aplicáveis à matéria.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

Fundos

Fundo	Início das atividades	Condomínio (a)	Prazo	Rendimentos (b)	Índice mínimo de subordinação	Situação
FIDC NP	05/08/2016	Aberto e exclusivo	Indeterminado	-	-	Ativo
FIDC Plus	28/07/2017	Fechado e restrito	Indeterminado	Semestral	20,0%	Ativo
FIDC Receba Mais (c)	29/04/2021	Fechado e restrito	6 anos	Mensal	15,0%	Encerrado
FIDC Emissor I	16/03/2021	Fechado e restrito	Indeterminado	Semestral	10,0%	Ativo
FIDC Emissor II	13/05/2021	Fechado e restrito	Indeterminado	Semestral	9,1%	Ativo

- (a) Restrito a investidores profissionais.
- (b) Frequência do pagamento dos rendimentos das cotas seniores.
- (c) Em Assembleia Geral de Cotistas ocorrida em 31 de janeiro de 2022, foi decidido pela liquidação do Fundo. Dessa forma, a amortização e resgate total antecipado das cotas seniores ocorreram no dia 4 de fevereiro de 2022.

Os direitos creditórios dos FIDCs são avaliados pelo valor de aquisição e remunerados com base na taxa interna de retorno ("TIR") dos contratos, pelo critério "*pro rata temporis*". A taxa interna de retorno é calculada com base no valor de aquisição, valor de face e prazo de recebimentos dos direitos creditórios.

Todos os fundos são regidos pela Resolução CMN nº 2.907/01, pelas Instruções CVM nº 356/01 e CVM nº 444/06, pelos termos do Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Estrutura e composição dos fundos

A estrutura de patrimônio dos FIDCs em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 está demonstrada a seguir:

	31/12/2023			
	Quantidade de cotas	Valor total das cotas	Participação Cielo	Participação de terceiros
FIDC NP	9.290.106	2.472.904	2.472.904	-
FIDC Plus	1.226.846.392	10.771.899	10.144.896	627.003
Sênior	600.000	627.003	-	627.003
Subordinada	1.226.246.392	10.144.896	10.144.896	-
FIDC Emissor I	2.222.223	2.346.629	272.714	2.073.915
Sênior	2.000.000	2.073.915	-	2.073.915
Subordinada	222.223	272.714	272.714	-
FIDC Emissor II	4.984.950	5.083.176	508.206	4.574.970
Sênior	4.500.000	4.574.970	-	4.574.970
Subordinada	484.950	508.206	508.206	-
Total	1.243.343.671	20.674.608	13.398.720	7.275.888

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

	31/12/2022			
	Quantidade de cotas	Valor total das cotas	Participação Cielo	Participação de terceiros
FIDC NP	57.285	865.073	865.073	-
FIDC Plus	683.501.577	8.739.288	8.109.880	629.408
Sênior	600.000	629.408	-	629.408
Subordinada	682.901.577	8.109.880	8.109.880	-
FIDC Emissor I	2.222.223	2.394.175	311.156	2.083.019
Sênior	2.000.000	2.083.019	-	2.083.019
Subordinada	222.223	311.156	311.156	-
FIDC Emissor II	4.965.131	5.227.605	641.457	4.586.148
Sênior	4.500.000	4.586.148	-	4.586.148
Subordinada	465.131	641.457	641.457	-
Total	690.746.216	17.226.141	9.927.566	7.298.575

Os balanços patrimoniais dos FIDCs em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 são apresentados a seguir:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido
FIDC NP	2.473.543	639	2.472.904	865.297	224	865.073
FIDC Plus	10.772.619	720	10.771.899	8.739.706	418	8.739.288
FIDC Emissor I	2.346.629	-	2.346.629	2.394.175	-	2.394.175
FIDC Emissor II	5.083.183	7	5.083.176	5.227.618	13	5.227.605
Total	20.675.974	1.366	20.674.608	17.226.796	655	17.226.141

As demonstrações de resultado dos FIDCs nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 são apresentadas a seguir:

	Exercício					
	31/12/2023					
	FIDC NP	FIDC Plus	FIDC Receba Mais	FIDC Emissor I	FIDC Emissor II	Total
Receita - Direitos creditórios	240.300	1.414.476	-	-	-	1.654.776
Receita - Direitos creditórios Emissores	-	-	-	363.569	826.100	1.189.669
Receitas financeiras	19.751	64.175	-	2.107	6.894	92.927
Despesas financeiras	(4.956)	(7.515)	-	(1.458)	(1.563)	(15.492)
Outras despesas operacionais	(5.517)	(1.587)	-	(1.245)	(1.223)	(9.572)
Lucro do exercício	249.578	1.469.549	-	362.973	830.208	2.912.308
Remuneração – Cota Sênior	-	84.903	-	283.596	649.762	1.018.261
Remuneração – Cota Subordinada	249.578	1.384.646	-	79.377	180.446	1.894.047

	Exercício					
	31/12/2022					
	FIDC NP	FIDC Plus	FIDC Receba Mais	FIDC Emissor I	FIDC Emissor II	Total
Receita - Direitos creditórios	15.909	978.254	148	-	-	994.311
Receita - Direitos creditórios Emissores	-	-	-	328.900	743.356	1.072.256
Receitas financeiras	6.712	103.095	795	10.782	17.762	139.146
Despesas financeiras	(14.321)	(13.393)	(82)	(1.426)	(1.620)	(30.842)
Outras despesas operacionais	146	(1.189)	(158)	(997)	(1.006)	(3.204)
Lucro do exercício	8.446	1.066.767	703	337.259	758.492	2.171.667
Remuneração – Cota Sênior	-	80.762	318	270.029	619.847	970.956
Remuneração – Cota Subordinada	8.446	986.005	385	67.230	138.645	1.200.711

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

7 Contas a receber operacionais

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contas a receber de emissores	93.509.519	93.007.984
Outras contas a receber	87.543	68.193
Total	<u>93.597.062</u>	<u>93.076.177</u>
Circulante	<u>93.580.429</u>	<u>93.059.040</u>
Não circulante	16.633	17.137

O Contas a receber com emissores corresponde ao fluxo de recebíveis decorrentes das transações realizadas com cartões feitas pelos portadores.

8 Imposto de Renda, Contribuição Social e outros tributos

a. Imposto de Renda e Contribuição Social – correntes

A seguir está demonstrada a taxa efetiva do Imposto de Renda e da Contribuição Social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	<u>Exercício</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	3.350.810	2.298.685
Alíquotas vigentes - %	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes	(1.139.275)	(781.553)
Benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio	259.858	230.247
Benefício fiscal de P&D	5.150	3.724
Diferença de alíquota de Imposto de Renda nos EUA	-	(42.370)
Efeito sobre diferenças permanentes, líquidas	(8.077)	5.946
Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(882.344)</u>	<u>(584.006)</u>
Correntes	<u>(647.313)</u>	<u>(684.458)</u>
Diferidos	<u>(235.031)</u>	<u>100.452</u>

b. Imposto de Renda e Contribuição Social – diferidos

Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente indedutíveis. Os créditos estão classificados no ativo não circulante, de acordo com a expectativa de realização do crédito tributário.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

Composição do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos – ativo

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão para riscos	108.100	757.549
Provisão para despesas diversas	294.053	329.255
Provisão para remuneração variável	96.749	85.962
Prejuízo fiscal e base negativa	519.635	61.834
Provisões para perdas	95.200	114.310
Total	<u>1.113.737</u>	<u>1.348.910</u>

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão para riscos	757.549	727.848
Provisão para despesas diversas	329.255	388.309
Provisão para remuneração variável	85.962	-
Prejuízo fiscal e base negativa	61.834	76.662
Provisões para perdas	114.310	92.486
Total	<u>1.348.910</u>	<u>1.285.305</u>

Conforme melhor estimativa da Administração, os créditos tributários constituídos sobre provisão para despesas diversas, provisão para perdas com equipamentos de captura de transações e perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa e fraude serão realizados, principalmente, nos próximos 12 meses. Os créditos sobre prejuízo fiscal com as Controladas serão realizados de acordo com a rentabilidade de cada empresa, não excedendo a 10 anos e os créditos sobre provisões para riscos, os quais dependem do desfecho final de cada ação, estimado parcialmente em até 5 anos, exceto em relação às provisões para riscos trabalhistas, cuja estimativa de realização é em até 10 anos, conforme andamento processual descrito na nota explicativa nº 15.

Abaixo, segue a expectativa de realização do crédito tributário por exercício:

	<u>31/12/2023</u>
2024	124.496
2025	160.433
2026	211.521
2027	295.064
2028	245.416
2029 a 2032	76.807
Total	<u>1.113.737</u>

c. Impostos e contribuições a recolher

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social, líquidos de antecipações	114.853	163.649
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	54.186	57.735
Imposto sobre Serviços – ISS	20.389	18.993
Programa de Integração Social - PIS	11.389	12.157
Outros tributos a recolher	35.136	28.234
Total	<u>235.953</u>	<u>280.768</u>

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

9 Imobilizado

	31/12/2023			31/12/2022		
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Perda do valor contábil de ativos	Líquido	Líquido
Equipamentos de captura de transações	20	1.651.607	(891.102)	(37.406)	723.099	834.578
Equipamentos de processamento de dados	20	226.096	(160.177)	-	65.919	81.792
Máquinas e equipamentos	10 - 20	14.162	(11.949)	-	2.213	1.068
Instalações	10	49.595	(30.550)	-	19.045	29.280
Móveis e utensílios	10	8.029	(4.575)	-	3.454	3.965
Veículos	20	3.613	(604)	-	3.009	254
Total		1.953.102	(1.098.957)	(37.406)	816.739	950.937

Segue a movimentação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	31/12/2022	Adições	Baixas/perdas estimadas	Depreciações	31/12/2023
Equipamentos de captura de transações	834.578	212.413	(16.285)	(307.607)	723.099
Equipamentos de processamento de dados	81.792	15.931	(25)	(31.779)	65.919
Máquinas e equipamentos	1.068	1.935	(83)	(707)	2.213
Instalações	29.280	360	(4.913)	(5.682)	19.045
Móveis e utensílios	3.965	116	(86)	(541)	3.454
Veículos	254	3.378	(126)	(497)	3.009
Total	950.937	234.133	(21.518)	(346.813)	816.739

	31/12/2021	Adições	Baixas/Perdas estimadas	Depreciações	Variação cambial	Venda MerchantE	31/12/2022
Equipamentos de captura de transações	791.375	452.169	(94.090)	(314.575)	(29)	(272)	834.578
Equipamentos de processamento de dados	104.780	13.694	(231)	(33.744)	(388)	(2.319)	81.792
Máquinas e equipamentos	33.096	66	(49)	(2.529)	(4.603)	(24.913)	1.068
Instalações	36.008	3.566	(3.805)	(6.489)	-	-	29.280
Móveis e utensílios	5.099	528	(1.151)	(511)	-	-	3.965
Veículos	793	-	(304)	(235)	-	-	254
Total	971.151	470.023	(99.630)	(358.083)	(5.020)	(27.504)	950.937

10 Bens de direito de uso e arrendamentos a pagar

Segue a movimentação do ativo de bens de direito de uso, compostos por aluguéis de imóveis utilizados pelo período contratual, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

Saldo em 31 de dezembro de 2021	41.700
Adições	1.500
Amortização	(7.147)
Baixas	(6.182)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	29.871

Saldo em 31 de dezembro de 2022	29.871
Adições	941
Amortização	(6.517)
Baixas	(2.576)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	21.719

Abaixo, a movimentação do passivo de arrendamento, constituído pelas obrigações devidas ao arrendador durante o prazo de utilização dos imóveis do passivo de arrendamento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	48.310
Registro de contratos de arrendamento a pagar	1.706
Encargos financeiros sobre arrendamento a pagar	(163)
Baixa de contratos de arrendamento a pagar	(6.700)
Pagamento de aluguel	(9.176)
Despesa financeira	1.826
Saldo em 31 de dezembro de 2022	35.803

Saldo em 31 de dezembro de 2022	35.803
Registro de contratos de arrendamento a pagar	1.069
Encargos financeiros sobre arrendamento a pagar	(128)
Baixa de contratos de arrendamento a pagar	(2.856)
Pagamento de aluguel	(8.476)
Despesa financeira	1.488
Saldo em 31 de dezembro de 2023	26.900

Circulante	6.393
Não circulante	20.507

Cronograma de vencimento dos arrendamentos:

Ano	
2024	7.576
2025	6.162
2026	5.415
2027	5.265
Acima de 5 anos	5.706
Total	30.124

Juros do Ajuste a Valor Presente	(3.224)
Passivo de Arrendamento	26.900

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

11 Intangível

	31/12/2023	31/12/2022
Ágio na aquisição de investimentos	25.966	25.966
Outros ativos intangíveis	8.783.377	9.071.233
Total	8.809.343	9.097.199

a. Ágio na aquisição de investimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o ágio gerado na aquisição de investimentos da Controlada Braspag totalizava R\$ 25.966.

Saldo em 31 de dezembro de 2021	212.100
Variação cambial	(28.108)
Ativo mantido para venda	(158.026)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	25.966

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não houve movimentação do saldo de ágio.

b. Outros ativos intangíveis

A composição analítica de outros intangíveis está apresentada a seguir:

	31/12/2023				31/12/2022	
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Perda do valor contábil de ativos	Líquido	Líquido
Direito de exploração - Arranjo de pagamento Ourocard (a)	3,33	11.572.000	(3.407.312)	-	8.164.688	8.550.422
Software (b)	6,66 - 20	1.739.306	(1.093.101)	(33.808)	612.397	517.544
Desenvolvimento de projetos	20	39.070	(33.252)	-	5.818	2.793
Outros	08 - 20	474	-	-	474	474
Total		13.350.850	(4.533.665)	(33.808)	8.783.377	9.071.233

(a) **Direito de exploração - Arranjo de Pagamento Ourocard** - No âmbito do acordo de associação entre a Companhia e a BB Elo Cartões, subsidiária integral do Banco do Brasil, em fevereiro de 2015, foram outorgados à Cateno os direitos de exploração da atividade de gestão de contas de pagamento pós-pagas do Arranjo de Pagamento Ourocard, de exploração da atividade de gestão da funcionalidade de compras do Arranjo de Pagamento Ourocard e de participar do Arranjo de Pagamento Ourocard na qualidade de Instituição de Pagamento.

(b) **Software** - Referem-se a softwares adquiridos de terceiros e desenvolvidos internamente, utilizados na prestação de serviços de processamento de informações e transações de clientes.

Segue a movimentação do intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Amortizações</u>	<u>31/12/2023</u>
Direito de exploração - Arranjo Ourocard	8.550.422	-	-	(385.734)	8.164.688
Software	517.544	266.549	7.218	(178.914)	612.397
Desenvolvimento de projetos	2.793	4.241	-	(1.216)	5.818
Outros	474	-	-	-	474
Total	9.071.233	270.790	7.218	(565.864)	8.783.377

	<u>31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas/ Perdas estimadas</u>	<u>Amortizações</u>	<u>Variação cambial</u>	<u>Venda MerchantE</u>	<u>31/12/2022</u>
Direito de exploração - Arranjo Ourocard	8.936.156	-	-	(385.734)	-	-	8.550.422
Software	691.523	230.381	(37.052)	(197.483)	(29.927)	(139.898)	517.544
Relacionamento com clientes	71.565	-	-	(31.913)	(9.459)	(30.193)	-
Desenvolvimento de projetos	34.268	1.461	-	(1.318)	(286)	(31.332)	2.793
Outros	1.045	-	(571)	-	-	-	474
Total	9.734.557	231.842	(37.623)	(616.448)	(39.672)	(201.423)	9.071.233

As despesas com depreciação do imobilizado e amortização do intangível foram registradas nas rubricas "Despesas gerais e administrativas" e "Custo dos serviços prestados" na demonstração do resultado.

12 Contas a pagar a clientes

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de Contas a pagar a clientes é de R\$ 75.480.752 (R\$ 77.835.921 em 31 de dezembro de 2022). Esse saldo corresponde aos valores de transações de venda de produtos e serviços realizadas com cartões a pagar aos estabelecimentos comerciais, clientes da Companhia, líquidos da remuneração dos serviços prestados pela Cielo e bancos emissores.

Adicionalmente, a Companhia também garante aos estabelecimentos comerciais afiliados ao sistema o pagamento dos recursos das transações de cartões.

13 Empréstimos e financiamentos

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Debêntures privadas (a)	-	3.498.894
Debêntures públicas (b)	3.102.639	3.099.074
Capital de giro (c)	4.605.717	-
Financiamento de P&D	22.575	45.103
Total	7.730.931	6.643.071
Circulante	4.732.526	3.623.321
Não circulante	2.998.405	3.019.750
Total	7.730.931	6.643.071

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

a. Debêntures Privadas

Em 27 de fevereiro de 2015, a Companhia realizou a 1ª, a 2ª e a 3ª emissões de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações para distribuição privada. As três emissões totalizaram o montante de R\$ 3.459.449 e estabeleceram como data de vencimento o dia 30 de dezembro de 2023. As remunerações das Debêntures Privadas contemplam juros remuneratórios baseados na variação percentual acumulada entre 100% e 111% da taxa média diária de juros do Certificado de Depósito Interbancário (“DI”), conforme aplicável, indicado na tabela abaixo:

	Montante principal	Remuneração
1ª emissão	2.359.449	111% do DI
2ª emissão	700.000	111% do DI após 31.03.2015
3ª emissão	400.000	100% do DI

Os juros remuneratórios foram pagos semestralmente a partir da data de emissão, exceto pelo último período de capitalização que foi mais curto, pois teve início em 27 de agosto de 2023 e encerrou com pagamento na data de vencimento, juntamente com o valor principal. Excepcionalmente em 27 de março de 2015, houve amortização parcial do saldo principal no montante de R\$ 122.324 referente à 1ª emissão das debêntures privadas, estabelecendo seu saldo remanescente no montante de R\$ 2.237.125. Não existem cláusulas de “covenants” impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de emissão das Debêntures Privadas. Em 27 de dezembro de 2023, houve a liquidação total da operação.

b. Debêntures Públicas

Em outubro de 2022, a Companhia realizou a 6ª emissão de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações e para distribuição pública. A emissão foi realizada no montante de R\$ 3.000.000 com vencimento em 20 de setembro de 2025. A remuneração das Debêntures Públicas contempla juros remuneratórios baseados no CDI + 1,20%, com pagamentos semestrais. Não existem cláusulas de “covenants” impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de emissão das Debêntures Públicas.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

c. Capital de giro

A Companhia realizou a captação de recursos para capital de giro por meio linhas de crédito via CCB (Cédula de Crédito Bancário) e outras linhas de crédito de curto prazo no total de R\$ 11.840.000. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo em aberto é de R\$ 4.605.717.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.295.104
Novas captações	5.420.000
Pagamento de principal	(5.217.254)
Variação cambial (principal e juros)	(30.469)
Juros provisionados e encargos apropriados	655.457
Juros pagos	(478.592)
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	(4.953)
Amortização de custos de emissão de dívidas	3.778
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.643.071
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.643.071
Novas captações	11.840.000
Pagamento de principal	(10.599.681)
Juros provisionados e encargos apropriados	913.328
Juros pagos	(1.067.338)
Amortização de custos de emissão de dívidas	1.551
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.730.931

Composição de empréstimos e financiamentos registrados no não circulante

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ano de vencimento		
2024	-	22.556
2025	3.000.000	3.000.000
Total de empréstimos e financiamentos	3.000.000	3.022.556
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	(1.595)	(2.806)
Total	2.998.405	3.019.750

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

14 Outras obrigações

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Passivo circulante:		
Provisão para gastos operacionais (a)	401.200	459.316
Programa de participação nos resultados - PPR	225.759	183.462
Provisões sobre folha de pagamento	90.049	72.520
Outros valores a pagar	50.640	41.680
Total	<u>767.648</u>	<u>756.978</u>
Passivo não circulante:		
Provisões sobre folha de pagamento	57.571	63.659
Outros valores a pagar	7.699	6.231
Total	<u>65.270</u>	<u>69.890</u>

(a) O saldo de provisão para gastos operacionais é composto por *fees* com parceiros comerciais, além de gastos relacionados à operação da Companhia.

15 Riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo Cielo é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas.

O Grupo Cielo, com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e em sua experiência referente às quantias reivindicadas nas ações tributárias, cíveis e trabalhistas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas/ reversões</u>	<u>Atualização Monetária</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>31/12/2023</u>
Tributárias (a)	2.127.889	105.413	(2.010.035)	25.956	-	249.223
Trabalhistas (b)	63.099	22.328	(22.129)	6.702	(22.284)	47.716
Cíveis (c)	48.404	52.669	(24.873)	7.887	(54.797)	29.290
Total	<u>2.239.392</u>	<u>180.410</u>	<u>(2.057.037)</u>	<u>40.545</u>	<u>(77.081)</u>	<u>326.229</u>
	<u>31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas/ reversões</u>	<u>Atualização Monetária</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>31/12/2022</u>
Total	<u>2.158.491</u>	<u>271.572</u>	<u>(198.483)</u>	<u>61.935</u>	<u>(54.123)</u>	<u>2.239.392</u>

As adições correspondem substancialmente ao complemento da provisão para riscos tributários, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 registradas em contrapartida às rubricas "Impostos sobre a receita" e "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" e ao complemento das provisões para riscos cíveis e trabalhistas, representadas por novos processos e por mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuada pelos assessores jurídicos, que

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

foram registradas em contrapartida à rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o Grupo Cielo mantém depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, cujos saldos estão assim demonstrados:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Tributários (a)	37.202	1.554.819
Trabalhistas (b)	15.103	15.991
Cíveis (c)	18.436	13.393
Total	<u>70.741</u>	<u>1.584.203</u>

(a) Processos tributários

A Companhia discute em juízo divergências de interpretação quanto à aplicação da legislação tributária, materializadas em autos de infração, bem como a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Entre as teses que compõem a provisão para riscos tributários da Companhia, destacam-se as seguintes:

- **Cofins - Regime não Cumulativo** - A Companhia, em fevereiro de 2004, impetrou mandado de segurança visando afastar a exigibilidade da majoração da Cofins, efetuando o depósito judicial e a respectiva provisão dos valores controversos. Frente ao entendimento consolidado no Supremo Tribunal Federal (STF), em desfavor do mérito do pleito e analisando o estágio processual avançado do nosso caso concreto, procedemos com a desistência da discussão judicial, acarretando a reversão da provisão para riscos anteriormente constituída no valor de R\$ 1.517.141, e a consequente conversão em renda para a União de igual valor depositado em juízo, sem desembolsos de caixa ou impacto no resultado da Companhia. A Companhia poderá usufruir de tais créditos a partir de então, uma vez que os valores que se encontravam provisionados poderão doravante ser deduzidos do resultado tributável, conforme a legislação tributária aplicável.
- **ISS Municipalidade (LC 175/20)** - Em decorrência da finalização do julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.835, ocorrido em junho de 2023, que pacificou entendimento e manteve a cobrança do Imposto sobre Serviços (ISS) no município-sede da empresa prestadora e não nas cidades onde estão os tomadores de serviços, foi revertida a provisão para riscos anteriormente registrada para esta finalidade no montante de R\$ 384,8 milhões (R\$ 254,0 milhões líquidos de impostos) mantendo o recolhimento do imposto em questão para o município-sede, em Barueri.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

(b) Processos trabalhistas

Referem-se às demandas trabalhistas propostas por ex-colaboradores do Grupo Cielo e de seus fornecedores. Em geral, nessas ações são discutidos temas como a equiparação salarial, horas extras, reflexo do bônus anual, enquadramento sindical, reconhecimento de vínculo e dano moral.

As ações propostas por ex-colaboradores de fornecedores da Companhia são custeadas pelas próprias empresas que, por sua vez, também respondem pelos honorários advocatícios e demais despesas relacionadas aos processos, inclusive eventuais acordos ou condenações. Na eventualidade do Grupo Cielo realizar pagamentos em razão desses processos, a Companhia tem processo interno de compensação ou reembolso desses valores perante as empresas terceirizadas.

(c) Processos cíveis

Referem-se substancialmente à cobrança de transações realizadas por meio do sistema da Companhia que não foram repassadas aos estabelecimentos comerciais em virtude do descumprimento de cláusulas que compõem o contrato de credenciamento, adicionadas de indenizações pelos prejuízos causados pelas transações não repassadas à época.

A Administração do Grupo Cielo, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das referidas provisões para riscos cíveis ocorrerá em até 5 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle do Grupo Cielo.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023, existem ações civis públicas e inquéritos civis, geralmente movidos pelo Ministério Público ou por associações, cuja intenção é defender interesses coletivos (como direitos do consumidor e direitos trabalhistas). As decisões pronunciadas pela Justiça nesses casos podem conceder direito a grupos de pessoas (mesmo sem sua concordância). Em muitas situações, a definição do grupo em aproveitar uma eventual decisão favorável só é feita após a decisão final.

Passivos contingentes classificados como perda possível

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o Grupo Cielo possui ações tributárias, cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perdas avaliadas como possíveis por seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, como segue:

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Tributárias	1.849.330	1.120.780
Trabalhistas	249.652	163.422
Cíveis	518.476	468.854
Total	<u>2.617.458</u>	<u>1.753.056</u>

A Companhia é parte em processos discutidos na esfera administrativa que, pela natureza de sua discussão e entendimento jurisprudencial sobre a matéria, não apresentam classificação do risco de perda como provável. As principais discussões estão elencadas abaixo:

- **Contribuição Previdenciária** – Exigência de Contribuição Previdenciária sobre valores distribuídos aos colaboradores a título de participação nos resultados da Companhia e das opções de compra de ações ("Plano de ações restritas"), referente aos anos de 2015, 2017, 2018 e 2019 nos montantes atualizados de R\$ 77.985, R\$ 64.847, R\$ 42.057 e R\$ 56.793, respectivamente.
- **IRPJ/CSLL** – Exigência de IRPJ/CSLL sobre valores supostamente excluídos de maneira indevida, a título de juros sobre o capital próprio, da apuração do lucro real nos anos de 2015/2016, 2017 e 2018, nos montantes atualizados de R\$ 386.310, R\$ 258.571 e R\$ 228.766, respectivamente.

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 5.700.000 (R\$ 5.700.000 em 31 de dezembro de 2022) representado por 2.716.815.061 ações ordinárias todas subscritas e integralizadas. Conforme mencionado na nota explicativa nº 17, a quantidade de ações líquidas das ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2023 é de 2.697.679.603 (2.694.364.620 ações em 31 de dezembro de 2022).

O capital social da Companhia pode ser aumentado em até 2.400.000.000 de ações ordinárias adicionais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, órgão competente para fixar o preço de emissão, as demais condições e os prazos de subscrição e de integralização das ações no limite do capital autorizado.

b. Reserva de capital

Representa os saldos relacionados à remuneração baseada em ações e ágios nas subscrições de ações referentes às contribuições de capital por acionistas que ultrapassaram a importância destinada à formação do capital social.

O saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 62.205 (R\$ 74.520 em 31 de dezembro de 2022).

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

c. Ações em tesouraria

Em reunião realizada em 30 de março de 2023, o Conselho de Administração aprovou o novo programa de recompra de ações ("Programa"), por meio do qual a Companhia foi autorizada a adquirir até 6.569.512 ações ordinárias, sem valor nominal, de sua própria emissão, com prazo de vigência de 03 a 11 de abril de 2023, conforme detalhado no Comunicado sobre Negociação de Ações de Própria Emissão, preparado na forma do Anexo G da Resolução CVM nº 80, divulgado em 30 de março de 2023.

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Ações	Valor	Custo médio R\$ por ação
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(22.450.441)	(113.605)	5,06
Exercício de Ações Restritas:			
Março	4.071.321	20.602	5,06
Maio	2.287.257	11.354	4,96
Junho	73.680	366	4,96
Julho	1.035.842	5.142	4,96
Agosto	1.895.810	9.411	4,96
Setembro	42.891	212	4,96
Novembro	412.595	2.048	4,96
Dezembro	65.099	323	4,96
Recompra de ações – Abril	(6.569.512)	(30.842)	4,69
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(19.135.458)	(94.989)	4,96

d. Outros resultados abrangentes

Representam os ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira do investimento no exterior e ganhos atuariais com benefícios pós-emprego. Os saldos abaixo apresentam os ajustes acumulados nas datas dos balanços, como seguem:

	31/12/2023	31/12/2022
Variação cambial sobre investimento no exterior	1.051.313	1.051.627
Resultado com instrumentos sobre operações no exterior, líquido dos efeitos tributários	(556.907)	(556.907)
Ganhos atuariais com benefício pós-emprego, líquido	2.983	1.295
Total	497.389	496.015

e. Reserva de lucros – legal

Está representada pelos montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento do exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O lucro líquido para cálculo da reserva legal corresponde àquele apresentado de acordo com o plano contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) emitido pelo BACEN. O saldo da reserva legal em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 1.140.000 (R\$ 1.140.000 em 31 de dezembro

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

de 2022), sendo que o limite de constituição de 20% foi atingido em outubro de 2020.

f. Reserva de lucros – orçamento de capital

A reserva de orçamento de capital totaliza o montante de R\$ 4.976.754 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 3.653.904 em 31 de dezembro de 2022).

As Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 e a respectiva proposta de orçamento de capital para o ano de 2024 serão apreciadas pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) a ser realizada em 18 de abril de 2024.

g. Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social assegura a distribuição do dividendo mínimo obrigatório de, ao menos, 30% sobre os lucros auferidos (após a constituição da reserva legal) no encerramento de cada exercício. Ainda, em conformidade com as Leis nº 9.430/96 e nº 9.249/95, artigo 9, o valor dos juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, pode ser imputado ao valor dos dividendos.

O saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da assembleia geral ordinária. A Companhia registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente. O Estatuto Social faculta à Companhia o direito de levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, respeitados os limites previstos em lei, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta de lucro apurada nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intercalares à conta de lucros existentes, com base no último balanço aprovado pelos acionistas.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária.

As deliberações estão assim representadas:

	Valor	Data da Deliberação	Data de Pagamento
1º Trimestre	196.210	26/04/2023	18/05/2023
2º Trimestre	196.970	01/08/2023	22/08/2023
3º Trimestre	191.719	31/10/2023	23/11/2023
4º Trimestre	179.388	21/12/2023	31/01/2024
Saldo em 31 de dezembro de 2023	764.287		

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

A Companhia distribuirá proventos referentes ao quarto trimestre de 2023 na forma de juros sobre o capital próprio no limite da dedutibilidade fiscal, atingindo *payout* de 36,6% no exercício.

h. Capital regulatório

A estrutura de gestão de capital da Companhia é compatível com o seu enquadramento, a natureza das suas operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos com a adequada mensuração de sua exposição aos riscos.

A gestão de capital é definida com o contínuo processo de acompanhamento e controle do capital mantido pela Companhia, a avaliação da necessidade de capital para enfrentar os riscos os quais a instituição está exposta, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando a estratégia da Companhia.

A Resolução BCB nº 198/22 determina que as instituições de pagamentos devem manter, permanentemente, montante de (PRip) - Patrimônio de Referência de Instituição de Pagamento, em valor superior ao requerimento mínimo de 8% em 2023, 10% em 2024 e 12% em 2025, destinado à cobertura dos riscos associados:

I - Aos serviços de pagamento prestados; e

II - Às demais atividades exercidas.

Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio de referência é de R\$ 11.982.573 (R\$ 10.663.405 em 31 dezembro de 2022). Este valor é superior ao patrimônio mínimo requerido de R\$ 1.801.418 (R\$ 1.838.419 em 31 dezembro de 2022).

i. Reconciliação do Patrimônio Líquido e do Lucro Líquido entre práticas contábeis IFRS e COSIF

Apresentamos a reconciliação entre as práticas contábeis COSIF e IFRS do patrimônio líquido e do resultado consolidado em comparação aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	Patrimônio líquido		Lucro líquido do exercício	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldos em COSIF	22.308.302	21.122.414	2.468.163	1.872.748
Ágios em controladas no exterior (a)	-	-	-	(158.701)
Participação de terceiros em Fundos de Investimento (b)	(7.345.997)	(7.327.886)	-	-
Outros (c)	22.547	22.244	303	633
Saldos em IFRS	14.984.852	13.816.772	2.468.466	1.714.680

(a) Diferença prática contábil no registro de ágios. Em IFRS, o ágio é mantido a valor histórico e em COSIF amortizado pelo prazo estimado do benefício. Para o período de 2022, o impacto no lucro líquido é relativo à realização do ágio após a venda da MerchantE.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

(b) Participações de terceiros em Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) e em Fundos de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento (FICs), anteriormente apresentadas no passivo circulante e não circulante, conforme Instrução Normativa BCB nº 272/22 passaram a ser registradas diretamente no patrimônio líquido, especificamente na rubrica de “acionistas não controladores” em COSIF.

(c) Composto por: i) ágio de controlada não amortizado de acordo com o CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios; e ii) contratos de aluguéis prediais e lojas, registrados como ativos de direito de uso e passivos de arrendamento no balanço patrimonial e amortizados de acordo com o período de duração dos contratos conforme CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

17 Lucro líquido por ação

Movimentação do número de ações ordinárias

Ações emitidas

Ações em 31 de dezembro de 2022

2.694.364.620

Exercício de Ações Restritas:

Março	4.071.321
Maio	2.287.257
Junho	73.680
Julho	1.035.842
Agosto	1.895.810
Setembro	42.891
Novembro	412.595
Dezembro	65.099
Recompra de ações – Abril	(6.569.512)
Ações em 31 de dezembro de 2023	2.697.679.603

Lucro por ação

A seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação (desconsideradas as mantidas em tesouraria) com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Lucro por ação básico

	Exercício	
	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício disponível para as ações ordinárias	2.087.137	1.411.467
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	2.692.203	2.703.908
Lucro por ação (em R\$) – básico	0,77525	0,52201

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

Lucro por ação diluído

	Exercício	
	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício disponível para as ações ordinárias	2.087.137	1.411.467
Denominador diluído:		
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	2.692.203	2.703.908
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de ações	18.100	20.475
Total (em milhares)	2.710.303	2.724.383
Lucro por ação (em R\$) – diluído	0,77008	0,51809

18 Receita líquida

	Exercício	
	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta	12.013.125	12.076.317
Impostos sobre a receita	(1.412.020)	(1.383.211)
Total	10.601.105	10.693.106

A receita operacional bruta é proveniente da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões, da gestão de contas de pagamento relacionado ao Arranjo de Pagamento Ourocard e do aluguel de equipamentos de captura.

19 Gastos por natureza

O detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais líquidas por natureza está apresentado a seguir:

	Exercício	
	31/12/2023	31/12/2022
Gastos com aquisição	(4.828.795)	(5.337.703)
Gastos com pessoal	(1.419.058)	(1.271.803)
Depreciações e amortizações	(919.194)	(981.678)
Vendas, marketing e afiliação de clientes	(296.744)	(296.746)
Serviços profissionais	(271.186)	(242.355)
Diversos, líquido	639.335	122.165
Total	(7.095.642)	(8.008.120)
Classificadas como:		
Custo dos serviços prestados	(5.609.449)	(6.268.754)
Pessoal	(1.226.272)	(1.014.935)
Gerais e administrativas	(358.627)	(332.903)
Vendas e marketing	(140.242)	(155.560)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	238.948	(235.968)
Total	(7.095.642)	(8.008.120)

Os gastos com aquisição são substancialmente representados por despesa com captura e processamento de operações, de logística e manutenção de equipamentos de captura de transações, suprimentos a estabelecimentos comerciais, credenciamento e atendimento a clientes e serviços de telecomunicações.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

Abaixo demonstramos as outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:

	Exercício	
	31/12/2023	31/12/2022
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa, fraude e <i>chargeback</i>	(164.725)	(141.665)
Gastos com contingências, líquido	(33.299)	(30.381)
Reversão (provisões) para perdas do imobilizado	(3.440)	(122.134)
Outras (a)	440.412	58.212
Total	238.948	(235.968)

As perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa são representadas principalmente por contas a receber de aluguel de equipamentos de captura, às perdas com fraude decorrentes de valores de vendas contestados pelos usuários dos cartões e que já foram liquidados aos estabelecimentos comerciais, e a *chargeback* de clientes.

(a) No exercício de 2023, foi realizada a reversão da provisão do ISS Municipalidade, em decorrência da finalização do julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF), ocorrido em junho de 2023, que manteve a cobrança do Imposto sobre Serviços (ISS) no município-sede da empresa prestadora e não nas cidades onde estão os tomadores de serviços, no montante de R\$ 384,8 milhões (R\$ 254,0 milhões líquidos de impostos).

20 Compromissos

O Grupo Cielo tem como principais atividades os serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões. Para viabilizar tais atividades, o Grupo Cielo celebrou contratos com fornecedores de telecomunicações, tecnologia (processamento de transações), logística, central de atendimento e "*back office*".

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, com base nos contratos vigentes, os compromissos mínimos assumidos de fornecedores são os seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Até 1 ano	520.248	445.896
De 1 a 5 anos	208.275	204.572
Total	728.523	650.468

Os contratos de central de atendimento, de captura e processamento de transações, assim como os contratos de telecomunicações e "*back office*", são renovados de acordo com a vigência e com os valores negociados.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

21 Benefícios a empregados

	Exercício	
	31/12/2023	31/12/2022
Previdência complementar (a)	14.020	11.326
Benefícios com empregados (b)	195.131	150.818
Total	209.151	162.144

(a) Contribuição mensal com o Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida) para os colaboradores, reconhecidas em gastos com pessoal.

(b) Correspondem a seguro saúde, assistência odontológica, vale refeição, seguro de vida e de acidentes pessoais. Além disso, a Companhia possui um Programa de Educação Corporativa, que inclui ações de desenvolvimento dos colaboradores. As ações descritas são reconhecidas em gastos com pessoal.

Benefícios pós-emprego

O grupo Cielo possui um passivo atuarial decorrente de benefícios pós-emprego, referente às expectativas de pessoas com assistência médica, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 12.399 (R\$ 12.949 em 31 de dezembro de 2022).

As taxas utilizadas no exercício foram: taxa de desconto nominal de 6,0% a.a., com índice de inflação de 4,0% a.a., gerando uma rotatividade esperada de 15,0% a.a. e aposentadoria aos 60 anos. No Patrimônio Líquido o saldo registrado em outros resultados abrangentes é de R\$ 2.983 (R\$ 1.295 em 31 de dezembro de 2022).

22 Participação de colaboradores e administradores no resultado

O Grupo Cielo concede participação nos resultados a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social.

Os valores de participação dos colaboradores e administradores no resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foram registrados conforme abaixo:

	Exercício	
	31/12/2023	31/12/2022
Colaboradores	206.409	167.928
Diretores estatutários	19.350	15.534
Total	225.759	183.462

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

23 Remuneração de Administradores e Conselho Fiscal

A Administração da Cielo inclui os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e diretores estatutários.

Seguem as despesas registradas no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 da Companhia:

	Exercício					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Fixa	Outros	Total	Fixa	Outros	Total
Diretores estatutários	13.105	16.803	29.908	6.542	22.070	28.612
Conselho de administração e fiscal	6.082	-	6.082	4.605	-	4.605
Total	19.187	16.803	35.990	11.147	22.070	33.217

O saldo de “outros” corresponde à remuneração variável e verbas rescisórias de executivos, líquido de impostos, e não contempla: (i) o plano de ações restritas, apresentado na nota explicativa nº 24; e (ii) os outros benefícios já apresentados na nota explicativa nº 21.

A remuneração global anual dos Administradores e Conselho Fiscal, aprovada em assembleia realizada em 6 de março de 2023, é de R\$ 80.512 líquido de encargos, sendo: (i) R\$ 806 para o Conselho Fiscal; e (ii) R\$ 79.706 para os Administradores.

24 Plano de ações restritas

São planos de concessão de ações restritas de emissão da Companhia, implementados com o objetivo de estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia, alinhar os interesses dos acionistas aos de administradores e empregados, bem como possibilitar que a Companhia atraia e mantenha o vínculo de seus administradores e empregados.

Todos os diretores estatutários e empregados elegíveis aos planos estão sujeitos à aprovação do Conselho de Administração.

Os programas são apropriados no resultado do exercício em contrapartida à reserva de capital de acordo com os prazos e condições estabelecidas em cada plano. Na ocorrência de prescrições/cancelamentos de ações, é realizado o estorno no exercício em que ocorrer no montante equivalente ao total apropriado durante o andamento do plano.

Em 31 de dezembro de 2023, a posição dos planos de ações restritas é a seguinte:

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

Programa	Status	Quantidade de ações				Data da Outorga	Valor por ação na Outorga em R\$	Valor Justo por ação em R\$
		Outorgadas	Canceladas	Exercidas	A Exercer			
Ações Restritas 2019	Encerrado	2.419.297	(916.684)	(1.502.613)	-	Julho de 2019	6,73	6,73
Ações Restritas 2020	Encerrado	5.042.968	(1.513.635)	(3.529.333)	-	Julho de 2020	3,94	3,94
Ações Restritas 2021	Ativo	1.945.031	(255.751)	(672.595)	1.016.685	Julho de 2021	3,59	3,59
Ações Restritas 2022	Ativo	2.313.572	(137.136)	(434.934)	1.741.502	Julho de 2022	3,81	3,81
Ações Restritas 2022 Vesting Especial	Ativo	1.071.876	-	(357.292)	714.584	Novembro de 2022	5,11	5,11
Ações Restritas 2023	Ativo	2.244.720	(51.362)	(121.182)	2.072.176	Julho de 2023	4,43	4,43
Sócio Cielo 2020	Ativo	2.898.458	(1.067.534)	(1.661.169)	169.755	Março de 2020	7,12	7,12
Sócio Cielo 2021	Ativo	5.440.433	(757.589)	(3.306.304)	1.376.540	Março de 2021	3,89	3,89
Sócio Cielo 2022	Ativo	11.253.702	(566.832)	(4.635.284)	6.051.586	Março de 2022	2,47	2,47
Sócio Cielo 2023	Ativo	6.297.073	(251.675)	(1.088.252)	4.957.146	Março de 2023	4,93	4,93
Total de Ações		40.927.130	(5.518.198)	(17.308.958)	18.099.974			

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi apropriado ao resultado o valor referente aos planos de incentivo de longo prazo no valor de R\$ 37.143 (R\$ 26.261 em 31 de dezembro de 2022). A mutação da rubrica "Reserva de capital", no patrimônio líquido, inclui R\$ 37.143 de ações restritas outorgadas e R\$ 49.458 de transferência de ações em tesouraria pelo exercício de ações (R\$ 26.261 outorgadas e R\$ 32.398 de transferência de ações em tesouraria, respectivamente em 31 de dezembro de 2022).

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, além dos planos de incentivos baseados em ações, foram registrados incentivos de longo prazo nos montantes de R\$ 34.138 e R\$ 24.907, respectivamente.

25 Resultado financeiro

	Exercício	
	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	328.564	474.211
Outras receitas financeiras	14.628	7.894
PIS e Cofins	(11.214)	(14.493)
Total	331.978	467.612
Despesas financeiras:		
Juros e encargos sobre empréstimos	(913.328)	(579.298)
Participação de terceiros em FIDCs	(1.018.261)	(970.956)
Atualização monetária de contingências	(40.545)	(61.935)
Outras despesas financeiras	(52.868)	(112.386)
Total	(2.025.002)	(1.724.575)
Rendimento:		
Aquisição de recebíveis (a)	1.566.704	938.478
Total	1.566.704	938.478
Variação cambial	(28.333)	(67.815)
Resultado Financeiro	(154.653)	(386.300)

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

- (a) Conforme nota explicativa nº 6, a receita oriunda dos recebíveis adquiridos pelos FIDC Plus, FIDC NP e FIDC Receba Mais é de R\$ 1.654.776, sendo R\$ 1.566.704 líquido de impostos em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 994.311 em 31 de dezembro de 2022, sendo R\$ 938.478 líquido de impostos).

26 Gestão de riscos

A Cielo possui uma estrutura destinada ao gerenciamento de riscos, fundamentada em práticas de gestão nos termos da Resolução BCB nº 198/2022.

(a) Estrutura e Governança de Gerenciamento de Riscos

A Cielo mantém estrutura e governança de gerenciamento de riscos independentes, preservando e respeitando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e processos de identificação, avaliação, monitoramento e reporte de riscos.

A Cielo possui um Código de Conduta Ética, atualizado anualmente, que estabelece os padrões de conduta esperados de Administradores (membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva), membros do Conselho Fiscal, colaboradores, estagiários e jovens aprendizes, para as sociedades Controladas, acionistas, investidores, fornecedores e demais públicos com os quais a Cielo se relaciona.

As principais diretrizes sobre este tema são apresentadas na Política de Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos, na Política de *Compliance*, na Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, e na Política de Gestão Corporativa de Continuidade de Negócios, todas disponibilizadas publicamente para consulta no site de internet da Cielo (<https://ri.cielo.com.br/>).

O Grupo Cielo adota o conceito de 3 (três) linhas de responsabilidade para operacionalizar a sua estrutura de gerenciamento de riscos, de modo que todos contribuam para proporcionar segurança razoável de que seus objetivos sejam alcançados:

- 1ª linha de responsabilidade: é representada por todas as pessoas das áreas de negócio e suporte, as quais devem assegurar a efetiva gestão de riscos dentro do escopo das suas responsabilidades organizacionais diretas, incluindo a melhoria ou implementação de novos controles para mitigar riscos identificados e a comunicação tempestiva à governança adequada de: (i) problemas na operação, (ii) situações de não conformidade com os padrões de conduta definidos e (iii) violações das políticas da instituição ou de disposições legais e regulamentares;
- 2ª linha de responsabilidade: é representada pela Vice-Presidência de Riscos, *Compliance*, Prevenção e Segurança, que atua de maneira consultiva e independente junto às áreas de negócio e suporte, com reporte direto ao Diretor-Presidente. A avaliação sobre o gerenciamento dos riscos, *compliance*, gestão da continuidade de negócios, da gestão de crises, da

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

segurança da informação, da prevenção à lavagem de dinheiro, à fraude e ao financiamento ao terrorismo, bem como a qualidade do ambiente de controles são reportadas ao Diretor-Presidente e ao Comitê de Riscos que, por sua vez, reporta ao Conselho de Administração. A atuação da 2ª linha de responsabilidade é segregada e independente das atividades e da gestão das áreas negócio e suporte e da Auditoria Interna.

- 3ª linha de responsabilidade: é representada pela Auditoria Interna e tem como objetivo fornecer opiniões independentes ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria, sobre o processo de gerenciamento de riscos, a efetividade dos controles internos e a governança corporativa.

A estrutura de gerenciamento de riscos mantém processos para: registro de eventos de riscos, que exige que tais eventos, materializados ou não, tenham planos de ação, com prazos e responsáveis; manutenção do inventário de riscos corporativos e avaliação periódica destes riscos; mapeamento de riscos e testes de controles executados pela área de Controles Internos; monitoramento de transações, em busca de suspeitas de fraude, entre outros.

Mais informações sobre metodologia, governança e estrutura de gestão de riscos do Grupo Cielo, bem como sobre os fatores de riscos e as ações e controles preventivos e mitigatórios, podem ser encontradas na Política de Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos, previamente citada, e nos itens 4.1 e 5.1 do Formulário de Referência, documentos disponíveis no endereço eletrônico de internet da Cielo (<https://ri.cielo.com.br/>).

(b) Gestão de risco de Crédito

A Cielo possui direitos sujeitos a risco de crédito junto às instituições financeiras, clientes e parceiros comerciais registrados nas rubricas de disponibilidades, instrumentos financeiros, incluindo derivativos, rendas a receber e contas a receber com bancos emissores, conforme segue:

	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.254.164	1.882.866
Instrumentos financeiros, incluindo derivativos	5	180.164	286.718
Contas a receber operacionais	7	93.509.519	93.007.984
Total		94.943.847	95.177.568

(b.1) Risco de Crédito da Contraparte - Risco Emissor

Nas operações de aquisição, os bancos emissores de cartão têm a obrigação de efetuar o pagamento à Cielo dos valores relativos às transações realizadas pelos portadores dos cartões por eles emitidos, e a Cielo, por sua vez, possui a obrigação de efetuar o pagamento de tais valores aos estabelecimentos comerciais credenciados. Caso os bancos emissores dos cartões descumpram as suas obrigações financeiras junto à Cielo devido a quaisquer motivos, a Cielo continua

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

obrigada a realizar os pagamentos mencionados aos estabelecimentos comerciais credenciados.

O nível de risco ao qual a Cielo está exposta depende dos volumes transacionados por emissor e o modelo de risco/garantia adotado pela bandeira do cartão na sua operação junto aos emissores e aos credenciadores, exigindo ou dispensando a apresentação de garantias dos emissores de cartão, conforme o modelo interno.

Para os arranjos de pagamento não garantidos pelo instituidor do arranjo, a Cielo solicita garantias aos emissores de cartão, quando permitido pelo instituidor do arranjo, nos volumes que considera necessários para a cobertura da sua exposição ao risco de crédito. Para avaliação do risco e consequente definição das garantias necessárias, são atribuídos aos emissores um *rating* interno.

Em 31 de dezembro de 2023, a exposição da Cielo junto aos emissores está demonstrada a seguir:

<u>Rating interno dos emissores</u>	<u>Exigência de Garantia</u>	<u>Exposição total em 31/12/2023</u>	<u>% de Garantia em relação à exposição</u>	<u>Exposição total em 31/12/2022</u>	<u>% de Garantia em relação à exposição</u>
Grupo 1	Não	97,2%	-	95,2%	-
Grupo 2	Sim	2,8%	69,0%	4,8%	57,4%
Total do Contas a receber com bancos emissores		100,0%		100%	

Os cinco maiores bancos emissores, classificados no Grupo 1 concentraram 73,1% do volume a receber e são representados pelas principais instituições financeiras do país, que possuem rígidos processos de monitoramento e controles e sólida posição econômico-financeira.

Para os emissores classificados no Grupo 1, que dispensam a exigência de garantia, há um monitoramento intensivo sobre o volume transacional movimentado, sua qualidade creditícia e solidez financeira, podendo haver revisão do *rating* interno e solicitação de garantias se identificado o indício de aumento do risco de crédito. As garantias podem ser exigidas ou dispensadas a depender do volume transacionado, do porte e do regulamento das bandeiras e dos emissores.

(b.2) Risco de Crédito com Participantes do Arranjo de Pagamentos ou Subcredenciadores

A Cielo adota procedimentos de análise de risco e controle que impedem que os Subcredenciadores possam antecipar a totalidade dos valores disponíveis em sua agenda financeira junto à Cielo. Ademais, a Cielo pode, conforme análise de risco realizada, solicitar garantias a eles.

A depender da regra estabelecida pelos arranjos de pagamento com relação às responsabilidades aplicáveis aos Subcredenciadores, bem como de eventuais decisões judiciais, a Cielo pode ser chamada à responsabilidade caso os Subcredenciadores não realizem a liquidação financeira dos valores

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

transacionados pelos estabelecimentos comerciais a eles vinculados.

A representatividade dos Subcredenciadores sobre o volume transacionado no sistema Cielo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 corresponde a 3,7% e 5,3%, respectivamente.

(b.3) Risco de Crédito no recebimento de produtos e serviços prestados para Clientes

Os produtos e serviços prestados pela Cielo são cobrados de seus clientes mediante compensação nas suas agendas financeiras. Caso estes clientes parem de transacionar no sistema Cielo, eventualmente não haverá saldo em suas agendas para a cobrança dos produtos e serviços contratados. Caso a Cielo não consiga efetuar a cobrança de outra forma (como, por exemplo, por meio de boleto bancário), poderá haver perdas para a Cielo relacionadas ao não pagamento de produtos e serviços.

Em 31 de dezembro de 2023, as perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa totalizavam R\$ 164.725 (R\$ 141.665 em 31 de dezembro de 2022), conforme nota explicativa 19.

(b.4) Risco de Crédito de Clientes - *Chargeback* e Vendas diferidas

Os clientes da Cielo devem cumprir com suas obrigações de entrega dos produtos e prestação dos serviços contratados com seus clientes finais. Em situações de inadimplemento por parte dos clientes da Cielo na entrega do bem ou prestação dos serviços, ou de desistência por parte do cliente final, é possível demandar o estorno do pagamento efetuado aos estabelecimentos comerciais por meio de: (i) cancelamento, que é demandado pelo estabelecimento comercial; ou (ii) *chargeback*, que é um pedido do portador diretamente ao emissor do cartão. Nos dois casos, os valores devolvidos ao portador final são debitados, pela credenciadora, diretamente na agenda financeira do estabelecimento comercial. No caso do cancelamento, se a agenda financeira do estabelecimento comercial não tiver saldo suficiente, este, geralmente, não é acatado.

Caso a Cielo não consiga compensar os valores dos *chargebacks* diretamente na agenda financeira do estabelecimento comercial (independentemente do motivo), ou por meio de outra forma de cobrança (como, por exemplo, o boleto), o ônus financeiro sobre tais *chargebacks* recai sobre a Cielo. Para gerenciar a exposição a este risco, a Cielo monitora periodicamente o comportamento transacional e a saúde financeira destes clientes, elabora avaliações de crédito, limita o volume das operações de antecipações de recebíveis e realiza o pagamento dos recebíveis em ciclo diminuído, na tentativa de manter a agenda pelo maior tempo possível.

A representatividade dos clientes em relação ao volume total de transações e o índice de *chargeback* estão demonstrados a seguir:

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

	31/12/2023		31/12/2022	
	Volume Transacionado	Índice de chargeback (c)	Volume transacionado	Índice de chargeback (c)
Turismo e Entretenimento, incluindo companhias aéreas (tipicamente com vendas diferidas)	9,5%	0,48%	7,8%	0,78%
E-commerce (sem Turismo e Entretenimento)	10,0%	0,66%	10,9%	0,99%
Bens duráveis e semiduráveis (a)	20,5%	0,02%	21,1%	0,03%
Bens não duráveis (b)	37,1%	0,00%	35,8%	0,00%
Serviços e outros	22,9%	0,02%	24,4%	0,03%
Total	100,0%	0,12%	100,0%	0,18%

- (a) Bens duráveis e semiduráveis: segmento de clientes da Cielo de vestuário, móveis, eletrodomésticos, lojas de departamento, materiais para construção, entre outros.
- (b) Bens não duráveis: supermercados e hipermercados, drogarias e farmácias, postos de combustível, entre outros.
- (c) Valor de *chargeback* em relação ao volume transacionado.

(c) Gestão de Riscos Operacionais

A Cielo possui riscos decorrentes de sua operação, tais como: riscos oriundos de falhas, interrupções ou violações em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação, divulgações não autorizadas de dados, falhas na autorização das transações de pagamento, falhas de processamento, fraudes internas e externas, decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos, entre outros. Para os referidos riscos, a Cielo adota metodologia de identificação, avaliação, monitoramento, gestão e reporte dos riscos e planos de ação para mitigação dos riscos, conforme diretrizes definidas na Política de Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos, bem como na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, à Resolução BCB nº 198/22 e à Resolução BCB nº 260/22.

Mais informações sobre metodologia, governança e estrutura da gestão dos controles internos do Grupo Cielo, podem ser encontradas na Política de Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos e no item 5.2 do Formulário de Referência, documentos disponíveis no endereço eletrônico de internet da Cielo (<https://ri.cielo.com.br/>).

(d) Gestão de risco de capital

O Grupo Cielo administra o seu capital para assegurar que as empresas possam continuar com as suas atividades regulares, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital do Grupo Cielo é formada pelo patrimônio líquido e pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, deduzidos pelas disponibilidades e instrumentos financeiros, incluindo derivativos).

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

A Cielo mantém patrimônio mínimo requerido, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN, em valor superior ao requerimento mínimo de 8%, destinado a cobrir os riscos associados aos serviços de pagamento prestados e às demais atividades exercidas, apurado diariamente (vide nota explicativa nº 16). Não há requerimento de patrimônio líquido mínimo para as demais empresas do Grupo Cielo.

(e) Gestão de Risco de liquidez

Refere-se à possibilidade de a Cielo não ser capaz de honrar eficientemente as suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar as suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário. O Grupo Cielo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Cielo publica periodicamente o relatório de gestão de risco de liquidez que apresenta a estrutura corporativa vigente de gestão desse risco, conforme determina a Resolução BCB nº 198/22, e suas posteriores alterações. O relatório está disponível no endereço eletrônico de internet da Cielo (<https://ri.cielo.com.br/>).

Segue o índice de endividamento:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa	1.254.164	1.882.866
Instrumentos financeiros, incluindo derivativos	180.164	286.718
Dívida (a)	(7.730.931)	(6.643.071)
Dívida líquida	(6.296.603)	(4.473.487)
Patrimônio líquido	14.984.852	13.816.772
Índice de endividamento líquido	42,02%	32,38%

(a) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, conforme nota explicativa nº 13.

(f) Gestão de Risco de Mercado

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Cielo, assim como receitas e despesas que possam ser impactadas em decorrência de variação das taxas de juros, dos preços de ações e da variação cambial.

(f.1) Risco de taxa de câmbio

As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas pelo Grupo Cielo.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

A Cielo faz transações em moeda estrangeira, reflexo das transações realizadas por estrangeiros portadores de cartão de crédito em estabelecimentos localizados no Brasil (a transação efetuada entre portador e estabelecimento comercial é feita em moeda nacional, porém a liquidação efetuada pelo emissor à Cielo é feita em moeda estrangeira). A Cielo dispõe de operações de proteção contra oscilação de moedas, o que reduz significativamente eventuais riscos de exposição de oscilação da moeda.

O impacto de variação cambial sobre investimento no exterior é reconhecido em outros resultados abrangentes, diretamente no patrimônio líquido. Houve perda de R\$ 314 com variação cambial sobre o investimento na Cielo USA no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Houve ganho no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 136.078.

(f.2) Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Cielo está exposta principalmente ao dólar norte-americano.

A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta a sua conversão no fim de cada período de reporte para uma mudança de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio, haveria um aumento ou uma redução no resultado e no patrimônio líquido, conforme segue:

	31/12/2023			31/12/2022		
	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Resultado	2.920	7.299	14.599	2.793	6.983	13.966
Patrimônio Líquido	362	905	1.811	444	1.110	2.220

(f.3) Risco de taxa de juros em aplicações financeiras

Os resultados do Grupo Cielo estão suscetíveis a variações decorrentes das operações de aplicações financeiras contratadas a taxas de juros flutuantes.

De acordo com as suas políticas financeiras, o Grupo Cielo aplica os seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. O Grupo Cielo opera com instrumentos financeiros dentro dos limites e alçadas estabelecidos pela Administração.

(f.4) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - Aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras e os juros decorrentes dos empréstimos do Grupo Cielo são principalmente afetados pelas variações na taxa DI (fonte: B3). Estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

juros, haveria um aumento ou uma redução no resultado, conforme segue:

	31/12/2023			31/12/2022		
	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Resultado	(58.345)	(145.862)	(291.725)	(8.350)	(20.876)	(41.751)

(g) **Gestão de risco de Lavagem de dinheiro e do Financiamento ao Terrorismo**

Decorre da possibilidade de que os produtos e serviços oferecidos pela Cielo se tornem um meio para a realização de operações comerciais ou financeiras que buscam a incorporação de recursos, bens e valores de origem ilícita, bem como para a coleta de fundo para atos terroristas, incluindo o apoio ao desenvolvimento, aquisição, produção, posse, transporte, transferência ou uso de armas nucleares, biológicas e químicas e seus meios de entrega.

Para avaliar este risco, a Cielo adota procedimentos de avaliação interna, com o objetivo de identificar e mensurar o risco de utilização de seus produtos e serviços e realização de negócios na prática da lavagem de dinheiro e do financiamento ao terrorismo, em consonância com a legislação nacional e regras dos arranjos de pagamentos aos quais faz parte, conforme atribuições definidas em normativos internos.

Mais informações sobre governança e estrutura da gestão das atividades relacionadas à gestão desse risco podem ser encontradas na Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo, disponível no endereço eletrônico de internet da Cielo (<https://ri.cielo.com.br/>).

(h) **Gestão de risco de Conformidade**

Representa a possibilidade de a instituição sofrer sanções legais ou administrativas, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de falhas na observância e atendimento ao arcabouço legal, da regulamentação infralegal, das recomendações dos órgãos reguladores e dos códigos de autorregulação aplicáveis, dos normativos internos, do Código de Conduta Ética e demais diretrizes estabelecidas para o negócio e atividades do Grupo Cielo.

A análise do risco de conformidade é realizada por meio de metodologia interna, em que são avaliados impacto e probabilidade.

Mais informações sobre metodologia, governança e estrutura do programa de integridade do Grupo Cielo podem ser encontradas na Política de *Compliance* e no item 5.3 do Formulário de Referência, documentos disponíveis no endereço eletrônico de internet da Cielo (<https://ri.cielo.com.br/>).

(i) **Gestão de risco Social, Ambiental e Climático**

A Cielo mapeia e gerencia os aspectos e impactos sociais, ambientais e climáticos

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

de seus processos, operações, produtos e serviços, incluindo colaboradores, clientes, fornecedores e parceiros, buscando atingir os objetivos descritos na política de sustentabilidade e no código de conduta ética. Esses riscos são analisados por meio de metodologia interna, em que são avaliados impacto e probabilidade.

Mais informações sobre as políticas socioambientais do Grupo Cielo podem ser encontradas na Política de Sustentabilidade e no item 2.1 do Formulário de Referência, documentos disponíveis no endereço eletrônico de internet da Cielo (<https://ri.cielo.com.br/>).

(j) **Gestão de risco de Reputação**

Decorre da percepção negativa sobre a Cielo por parte de clientes, parceiros, fornecedores, acionistas, controladas, mídia, influenciadores sociais, investidores, reguladores etc. Este risco, conforme apresentado no item 5.1 do Formulário de Referência, pode se materializar em decorrência da materialização de outros eventos de riscos.

A análise do risco reputacional é realizada por meio de metodologia interna, em que são avaliados impacto e probabilidade. Mais informações sobre os riscos do Grupo Cielo podem ser encontradas no item 1.2 do Formulário de Referência, disponível no endereço eletrônico de internet da Cielo (<https://ri.cielo.com.br/>).

(k) **Gestão de risco de Estratégico**

Decorre de mudanças adversas no ambiente de negócios ou de utilização de premissas inadequadas na tomada de decisão.

A análise do risco estratégico é realizada por meio de metodologia interna, em que são avaliados impacto e probabilidade. Mais informações sobre a estratégia do Grupo Cielo podem ser encontradas no item 1.2 do Formulário de Referência, disponível no endereço eletrônico de internet da Cielo (<https://ri.cielo.com.br/>).

(l) **Gestão de riscos e oportunidades emergentes**

Decorrem de fenômenos incertos e inesperados que podem expor Grupo Cielo a um conjunto totalmente novo de circunstâncias, não havendo informações suficientes disponíveis para avaliação e mensuração do impacto de tais riscos sobre o futuro do negócio.

Os principais riscos emergentes identificados pela Cielo são aqueles que levam à possível desintermediação dos produtos de adquirência, no longo prazo, ou que afetem de modo relevante a continuidade e a segurança dos seus negócios.

A Cielo possui um processo para identificar, monitorar e reportar riscos emergentes, baseando-se em *benchmarkings* e boas práticas de mercado. Os

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

principais riscos emergentes aos quais a Companhia está exposta estão detalhados no item 1.2 do Formulário de Referência, disponível no endereço eletrônico de internet da Cielo (<https://ri.cielo.com.br/>).

27 Transações e saldos com partes relacionadas

No curso habitual das atividades, as condições de mercado são mantidas pelo Grupo Cielo em operações com partes relacionadas, tais como: (i) contas a receber dos bancos emissores, que fazem parte de conglomerados financeiros dos quais os acionistas Controladores (Bradesco e Banco do Brasil) detêm participação acionária; (ii) serviços financeiros contratados com os bancos acionistas; e (iii) despesas e receitas com serviços prestados pelas controladas diretas, indiretas e fundos de investimento.

O Grupo Cielo, na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Adicionalmente, a natureza das atividades do Grupo Cielo faz com que ele celebre contratos com diversos emissores, sendo os seus acionistas alguns desses emissores. O Grupo Cielo acredita que em todos os contratos firmados com suas partes relacionadas são observadas condições equânimes de mercado.

As tabelas a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, discriminados por modalidade de contrato das operações com partes relacionadas em que o Grupo Cielo participa, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativos		
Disponibilidades e instrumentos financeiros (a)	380.268	307.284
Contas a receber operacionais (b)	25.124.705	26.533.121
Contas a receber com partes relacionadas (c)	921.146	826.350
(Passivos)		
Debêntures privadas e CCB (d)	(3.194.012)	(3.498.894)
Contas a pagar referente serviço de intermediação, captação e manutenção de clientes (e)	(27.902)	(25.503)
Contas a pagar com partes relacionadas (c)	(464.250)	(422.596)
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas		
Receitas de aplicações financeiras (a)	84.059	36.805
Receitas de prestação de outros serviços (f)	12.493	5.965
Receitas de aluguel de equipamentos de captura de transações (g)	32.516	42.860
Outras receitas	-	1.755
(Despesas):		
Despesas financeiras (d)	(490.344)	(507.775)
Despesas com benefícios (h)	(131.469)	(94.794)
Prestação de serviços de gestão de pagamentos (c)	(42.557)	(40.404)
Serviços de intermediação, captação e manutenção de clientes (e)	(156.503)	(141.185)
Outras despesas operacionais	(590)	(15.462)

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

As partes relacionadas são compostas substancialmente por: Banco Bradesco e Banco do Brasil.

- a) Saldos correspondentes aos valores mantidos em conta corrente e aplicações financeiras em bancos ligados.
- b) Os valores a receber se referem substancialmente aos montantes que devem ser liquidados pelos emissores Banco do Brasil e Bradesco decorrentes das transações realizadas com cartões.
- c) Os valores a receber se referem substancialmente aos montantes que devem ser liquidados pelo emissor Banco do Brasil à Cateno, decorrentes das transações realizadas com cartões. Os saldos de contas a pagar se referem à prestação de serviços pelo Banco do Brasil à Cateno para atuar na condição de Instituição de Pagamento como gestora de contas de pagamento no Arranjo de Pagamento Ourocard, bem como, a saldos de dividendos a pagar.
- d) Correspondem aos saldos referentes à emissão de debêntures privadas, liquidadas em dezembro de 2023 e a captação de recursos para capital de giro por meio de uma linha de crédito via CCB (Cédula de Crédito Bancário).
- e) Correspondem aos serviços de intermediação, captação e manutenção de clientes com o objetivo de incrementar o volume de vendas composto por transações realizadas com cartões capturadas e processadas pela Cielo. Em contrapartida à prestação dos serviços, os bancos fazem jus à remuneração de 10 pontos-base sobre o volume elegível. O volume elegível, incluindo o montante capturado somente em transações domésticas, não inclui transações nas quais a Cielo presta serviços de VAN (*Value Added Network*) e leva em consideração critério de rentabilidade mínima de cada estabelecimento.
- f) Corresponde à disponibilização de acesso ao sistema antifraude para o monitoramento pelo Bradesco de transações realizadas com cartões por ele emitidos, bem como a cobrança do serviço de exibição de QR Codes e de recebimento Pix e os respectivos status da transação, nos meios de captura Cielo.
- g) Correspondente à locação de equipamento de captura de transações junto ao Banco do Brasil e Bradesco, que sublocam os equipamentos para seus clientes.
- h) Benefícios contratados com o Banco do Brasil e Bradesco (seguro de vida coletivo empresarial, seguros hospitalar e odontológico e contrato de previdência complementar).

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

Principais transações com partes relacionadas

Participação de credenciadora nos Arranjos de Pagamento Elo

A Companhia é participante dos Arranjos de Pagamento Elo, cujo instituidor é a Elo Serviços S.A. A Companhia participa dos Arranjos Elo na qualidade de Credenciadora, o que inclui a prestação de serviços de credenciamento e manutenção de estabelecimentos comerciais, a participação do processamento e liquidação de transações realizadas com os instrumentos de pagamento dos Arranjos Elo e a licença de uso das marcas Elo, em conformidade com as especificações técnicas constantes dos seus manuais. A Companhia remunera a Elo pela sua participação como credenciadora nos Arranjos Elo, sendo que as condições e preços da referida participação são semelhantes àqueles praticados com os demais credenciadores e demais instituidores de arranjos ("Bandeiras").

Em decorrência da participação nos Arranjos de Pagamento Elo, a Cielo mantém acordos para realização de campanhas de marketing, similar às relações comerciais mantidas com outros instituidores de arranjos de pagamentos.

Serviços de utilização da rede credenciada Cielo ("*Value Added Network – VAN*") e prestador de serviço de rede ("*PSR*")

A Companhia detém contratos de serviço com a Alelo Instituição de Pagamento S.A. Tais serviços incluem captura, transmissão, autorização e processamento de transações com cartões Alelo, bem como o atendimento aos estabelecimentos comerciais, serviços de "*back office*" operacional e financeiro, prevenção à fraude, emissão de extrato e controle financeiro das transações eletrônicas resultantes dessas transações.

Outros contratos pulverizados

Além dos saldos registrados, o Grupo Cielo mantém outros serviços contratados com os principais acionistas, a saber:

- Serviços de "cash management"
- Seguros contratados
- Cartão de crédito corporativo
- Serviço de pagamento a fornecedores
- Concessão de pontos Livelô
- Serviços de representação junto à Nuclea
- Escrituração de ações da Companhia
- Serviços operacionais - programa de emissão de ações
- Serviços de escrituração e gestão de títulos e valores mobiliários
- Serviços de gerenciamento operacional de títulos públicos e títulos privados

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

28 Informações por segmento de negócio

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de maneira consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais (“*Chief Operating Decision-Maker - CODM*”).

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Desta forma, o Grupo detém dois tipos de negócios: (i) prestação de serviços relacionados à captura e ao processamento de transação com cartões de crédito e de débito, outros meios de pagamentos, credenciamento de estabelecimentos comerciais e serviços correlatos; e (ii) gestão de transações oriundas das operações de cartões de crédito e de débito, dentre elas a emissão de cartões, gestão de contas de pagamento, apoio ao gerenciamento e controle da segurança das transações, o pagamento de tarifas às bandeiras e arranjos de pagamentos, e outros serviços correlatos à gestão de contas de pagamentos.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base em métricas diversas, tais como, Receita Líquida, Lucro antes do Impostos, Lucro Líquido, entre outras, que, em alguns casos é mensurado de maneira diferente do lucro ou prejuízo operacional das Informações Contábeis Consolidadas.

Com relação às informações sobre a área geográfica, a Companhia possui operações realizadas no Brasil e nos Estados Unidos da América, por meio de suas Controladas Cielo USA e MerchantE (até abril de 2022).

O quadro abaixo reflete as aberturas das demonstrações do resultado em: Cielo Brasil (empresas Controladas, diretamente ligadas a operação da Cielo), que consolidam as operações das empresas Cielo, Servinet, Aliança, FIDCs e Stelo. As operações da controlada Cateno são referenciadas por “Gestão de contas de pagamento” e “demais empresas” correspondem ao resultado das Controladas Cielo USA e MerchantE (até abril de 2022).

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

	Exercício							
	31/12/2023				31/12/2022			
	Cielo Brasil	Gestão de Contas de Pagamentos	Demais Empresa	Consolidado	Cielo Brasil	Gestão de Contas de Pagamentos	Demais Empresa	Consolidado
Mercado Interno	6.418.706	4.182.399	-	10.601.105	6.189.525	3.934.281	-	10.123.806
Mercado Externo	-	-	-	-	-	-	569.300	569.300
Receita operacional líquida	6.418.706	4.182.399	-	10.601.105	6.189.525	3.934.281	569.300	10.693.106
Custo dos serviços prestados	(2.784.529)	(1.920.885)	-	(4.705.414)	(2.951.161)	(1.894.084)	(460.554)	(5.305.799)
Depreciação e amortização	(517.810)	(386.225)	-	(904.035)	(523.182)	(386.322)	(53.451)	(962.955)
Lucro Bruto	3.116.367	1.875.289	-	4.991.656	2.715.182	1.653.875	55.295	4.424.352
Despesas operacionais	(1.419.489)	(49.468)	(2.077)	(1.471.034)	(1.412.190)	(228.858)	(79.595)	(1.720.643)
Depreciação e amortização	(13.217)	(1.942)	-	(15.159)	(14.246)	(2.245)	(2.232)	(18.723)
Lucro Operacional	1.683.661	1.823.879	(2.077)	3.505.463	1.288.746	1.422.772	(26.532)	2.684.986
Resultado financeiro	(260.602)	104.380	1.569	(154.653)	(449.797)	111.502	(48.005)	(386.300)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	1.423.059	1.928.259	(508)	3.350.810	838.949	1.534.274	(74.537)	2.298.686
Imposto de Renda e Contribuição Social	(225.185)	(657.159)	-	(882.344)	(36.704)	(523.569)	(23.733)	(584.006)
Lucro líquido (prejuízo)	1.197.874	1.271.100	(508)	2.468.466	802.245	1.010.705	(98.270)	1.714.680
Atribuído a:								
Acionistas controladores	1.197.874	889.771	(508)	2.087.137	802.245	707.493	(98.270)	1.411.468
Acionistas não controladores	-	381.329	-	381.329	-	303.212	-	303.212

A seguir estão demonstrados os saldos patrimoniais por segmento em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	Saldos patrimoniais			
	Cielo Brasil	Gestão de Contas de Pagamentos	Demais Empresas	Consolidado
Total do saldo patrimonial em 31/12/2023	98.077.217	9.701.363	3.620	107.782.200
Total do saldo patrimonial em 31/12/2022	99.535.967	10.244.407	4.444	109.784.818

29 Itens que não afetam o caixa

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa da Companhia foram incluídas no caixa líquido gerado nas atividades de financiamento e de investimento apenas as transações que efetivamente movimentaram o caixa da Companhia. No quadro abaixo estão demonstradas todas as demais movimentações dos saldos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 dos saldos de investimentos e financiamentos que não envolveram o uso de caixa e/ou equivalentes de caixa:

	31/12/2023	31/12/2022
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	(314)	136.078
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	(30.469)
Benefício pós-emprego	1.688	3.310
Juros sobre o capital próprio propostos	179.388	239.000

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

30 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém os seguintes contratos para cobertura de seguros:

Modalidade	Importância segurada
Responsabilidade civil geral	20.000
Seguro D&O	250.000
Bens e ativos	50.818
Ataque Cibernético	25.000
Armazenagem de máquinas, móveis e utensílios	180.286
Transporte de máquinas e equipamentos	2.500
Frota de veículos	1.795

31 Aprovação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 05 de fevereiro de 2024.

32 Evento subsequente

Em 05 de fevereiro de 2024, foi aprovado pelo Conselho de Administração o pagamento do juro sobre o capital próprio adicionais no montante de R\$ 410.000, a ser pago em 30 de abril de 2024.

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA

Os Srs. membros do Conselho Fiscal da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Companhia”), no exercício de suas atribuições legais, tendo examinado as Demonstrações Contábeis Consolidadas da Companhia, as quais foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e Relatório da Administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e à vista do Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, por unanimidade, opinaram favoravelmente, concluindo que os documentos examinados, à luz das práticas contábeis, refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia, estando em condição de serem apreciados e deliberados pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Barueri, 29 de janeiro de 2024.

MARCOS APARECIDO GALENDE
Presidente do Conselho Fiscal

CRISTIANE DO AMARAL MENDONÇA

DANIELA DE AVELAR GONÇALVES

EULER ANTONIO LUIZ MATHIAS

HERCULANO ANIBAL ALVES

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA

Aos Senhores Acionistas da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento,

Os membros do Conselho Fiscal da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Companhia”), no exercício de suas atribuições legais, tendo examinado as propostas da Administração a serem encaminhadas à Assembleia Geral de Acionistas da Companhia acerca da **(a)** destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 (“Exercício de 2023”) e **(b)** do orçamento de capital para o exercício de 2024, por unanimidade, opinaram favoravelmente acerca das propostas ora apresentadas, estando as referidas em condições de serem apreciadas e deliberadas pela Assembleia Geral da Companhia, nos termos abaixo descritos:

“A destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 (“Exercício de 2023”), no montante de R\$ 2.086.838.440,52 (dois bilhões, oitenta e seis milhões, oitocentos e trinta e oito mil, quatrocentos e quarenta reais e cinquenta e dois centavos), bem como do orçamento de capital para o exercício de 2024, nos termos abaixo descritos:

***(a)** distribuição de proventos, ad referendum da Assembleia Geral, no montante total de R\$ 764.287.000,00 (setecentos e sessenta e quatro milhões, duzentos e oitenta e sete mil reais). Tais proventos foram distribuídos, a título de juros sobre capital próprio (“JCP”), conforme o cronograma abaixo:*

***(i)** Proventos referentes ao 1º trimestre de 2023, pagos em 18 de maio de 2023, no montante de R\$ 196.210.000,00 (cento e noventa e seis milhões, duzentos e dez mil reais), a título de JCP, deliberado em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2023;*

***(ii)** Proventos referentes ao 2º trimestre de 2023, pagos em 22 de agosto de 2023, no montante de R\$ 196.970.000,00 (cento e noventa e seis milhões, novecentos e setenta mil reais) a título de JCP, deliberado em reunião do Conselho de Administração em 08 de agosto de 2023;*

***(iii)** Proventos referentes ao 3º trimestre de 2023, pagos em 23 de novembro de 2023, no montante R\$ 191.719.000,00 (cento e noventa e um milhões, setecentos e dezenove mil reais), a título de JCP, deliberado em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de outubro de 2023;*

***(iv)** Proventos referentes ao 4º trimestre de 2023, a serem pagos em 31 de janeiro de 2024, no montante de R\$ 179.388.000,00 (cento e setenta e nove milhões, trezentos e oitenta e oito mil reais), a título de JCP, deliberado em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de dezembro de 2023;*

***(b)** retenção do montante de R\$ 1.322.551.440,52 (um bilhão, trezentos e vinte e dois milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e quarenta reais e cinquenta e dois centavos).*

*O montante a ser retido terá como finalidade, principalmente, o fortalecimento do caixa da Companhia para fazer frente às necessidades de capital de giro, conferindo assim maior robustez e estabilidade financeira, com vistas a viabilizar **(i)** o financiamento de*

produtos de prazo; e (ii) os investimentos já previstos, principalmente, em equipamentos, tecnologia e desenvolvimento de novos produtos.

O prazo de duração do orçamento de capital, caso seja aprovado, será até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024, estando a presente proposta de destinação refletida nas demonstrações financeiras elaboradas pela administração, as quais serão amplamente divulgadas nos termos da legislação vigente.

Por fim, não haverá destinação de lucro à reserva legal neste exercício social, tendo em vista que o valor que constitui tal reserva já atingiu o seu limite, correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76 e do art. 30 do seu Estatuto Social.”

Barueri, 29 de janeiro de 2024.

MARCOS APARECIDO GALENDE
Presidente do Conselho Fiscal

CRISTIANE DO AMARAL MENDONÇA

DANIELA DE AVELAR GONÇALVES

EULER ANTONIO LUIZ MATHIAS

HERCULANO ANIBAL ALVES

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis

Em observância às disposições constantes na Resolução CVM nº 80/22, a Diretoria Executiva declara que reviu, discutiu e concordou com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as quais foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") ("Demonstrações Contábeis Consolidadas de 2023 - IFRS").

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes na Resolução CVM nº 80/22, a Diretoria Executiva declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas da Companhia ("IFRS"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 ("Demonstrações Contábeis Consolidadas de 2023 - IFRS"), sem ressalvas, emitido pela KPMG Auditores Independentes.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA O ORÇAMENTO DO CAPITAL

Prezados Acionistas,

O Conselho de Administração da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Companhia”), para fins do disposto no artigo 196 da Lei nº 6.404/76, bem como em observância ao Estatuto Social da Companhia, submete à apreciação de Vossas Senhorias, na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 18 de abril de 2024, a seguinte proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2024.

O orçamento de capital da Cielo para o exercício social de 2024 contempla a destinação de recursos para: (i) financiamento dos produtos de prazo e (ii) investimentos já previstos, principalmente em equipamentos, tecnologia e desenvolvimento de novos produtos.

Produtos de Prazo

A Companhia classifica em “produtos de prazo” as diferentes soluções que permitem aos clientes receber antecipadamente suas vendas por cartões de crédito. As principais soluções são o “ARV – Aquisição de Recebíveis” e a modalidade de recebimento em até dois dias – “Receba Rápido”.

Os montantes alocados pela Companhia nesses produtos são financiados por um mix de fontes de recursos, incluindo a retenção de capital próprio, formalizada no orçamento de capital, e capital de terceiros, como dívidas e estruturação de FIDCs – Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios.

Nesse sentido, a fim de atender aos desembolsos decorrentes desses produtos no exercício social de 2024, propõe-se a retenção de R\$614.063.357,79 milhões (seiscentos e quatorze milhões, sessenta e três mil, trezentos e cinquenta e sete reais e setenta e nove centavos) do lucro líquido de 2023, a serem utilizados para fazer frente a desembolsos dos “produtos de prazo” ao longo do exercício social de 2024.

Outros Investimentos

A Companhia pretende realizar em investimentos em equipamentos, tecnologia, desenvolvimento de novos produtos e demais insumos necessários nas suas atividades, incluindo principalmente a aquisição de terminais de captura (POS) e investimentos em softwares, além de outras necessidades relacionadas a projetos ao longo de 2024, e, para tanto, propõe a retenção de R\$708.488.082,73 milhões (setecentos e oito milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, oitenta e dois reais e setenta e três centavos) do lucro líquido de 2023.

Conclusão

Dessa forma, propõe-se a retenção do montante total de R\$1.322.551.440,52 (um bilhão, trezentos e vinte e dois milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e quarenta reais e cinquenta e dois centavos), correspondente a 63,4% do lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, com base no orçamento de capital descrito acima.

A administração entende que a retenção de recursos ora proposta, com base no orçamento de capital, garantirá maior robustez e estabilidade financeira à Companhia, viabilizará equilíbrio adequado às fontes de recursos que permitem a alocação em produtos de prazo e permitirá a sustentação dos investimentos necessários ao negócio.

Barueri, 05 de fevereiro de 2024.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CIELO S.A. – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

The image features a large, stylized logo in the upper left corner, consisting of a bright blue circle partially overlapping a darker blue circle. The word "cielo" is written in white lowercase letters across the bright blue circle. The background is a high-angle, blue-tinted photograph of a dense urban cityscape, likely São Paulo, with numerous high-rise buildings and a hazy horizon under a clear sky.

cielo

Relatório Anual do
Comitê de Auditoria
Janeiro/2024

Relatório Anual do Comitê de Auditoria – Exercício Social de 2023

1. Sobre o Comitê de Auditoria, suas atribuições e responsabilidades

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Companhia”) é um órgão estatutário de funcionamento permanente que visa assessorar o Conselho de Administração com independência em relação à Diretoria Executiva e demais profissionais da Companhia.

Nos termos da versão vigente do Regimento Interno do Comitê, aprovado em 14 de dezembro de 2022 (“Regimento Interno”), o Comitê é composto por, no mínimo, 03 (três) membros efetivos, com mandato unificado de 02 (dois) anos e permitida a reeleição, sendo que, pelo menos 01 (um) deles deverá ser membro independente do Conselho de Administração e coordenador do Comitê. Atualmente, o Comitê é composto por 05 (cinco) membros, eleitos pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em 25 de maio de 2022, 29 de junho de 2022, 27 de julho de 2022 e 30 de agosto de 2023, com mandato unificado até a primeira reunião a ser realizada pelo Conselho de Administração imediatamente após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre as matérias previstas no artigo 132 da Lei nº 6.404/1976 referentes ao exercício social de 2023.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações prestadas pela Administração, auditoria interna, auditores independentes, responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos da Companhia, bem como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta, ou em trabalhos e atividades demandados pelo Comitê.

O Comitê reúne-se trimestralmente em sessões ordinárias. Durante o exercício social de 2023, o Comitê realizou 04 (quatro) sessões ordinárias e 15 (quinze) sessões extraordinárias, reunindo-se com as áreas de controles internos, riscos, auditoria interna, contabilidade, auditores independentes, além de diretores e executivos de outras áreas da Companhia.

É importante destacar que os membros do Comitê, em todas as reuniões, se reuniram com o líder da auditoria interna da Companhia, bem como em 06 (seis) reuniões com os auditores independentes e 01 (uma) reunião reservada com o CEO da Companhia.

Além disso, os membros do Comitê realizaram 01 (uma) reunião conjunta com o Comitê de Riscos e 01 (uma) reunião conjunta com o Conselho Fiscal da Companhia, para troca de informações e experiências, bem como para o acompanhamento de temas comuns aos órgãos.

A cada reunião do Conselho de Administração da Companhia são relatadas as principais atividades desenvolvidas pelo Comitê no respectivo mês e, anualmente, é feita uma abrangente apresentação ao Conselho de Administração sobre os principais temas tratados pelo Comitê, o plano de trabalho da auditoria interna e uma visão abrangente sobre as denúncias registradas no Canal de Ética.

Dentre as atividades realizadas durante o exercício social de 2023, cabe destacar a abordagem dos seguintes temas: **(a)** acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações contábeis, bem como das informações contábeis intermediárias da Companhia; **(b)** recomendação acerca das demonstrações contábeis, acompanhadas dos Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório da Administração, conforme aplicável; **(c)** recomendação acerca das informações contábeis Consolidadas (IFRS) e informações contábeis individuais e consolidadas (COSIF), acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre a Revisão de Informações Trimestrais – ITR; **(d)** acompanhamento das movimentações das contingências e provisões judiciais; **(e)** discussão acerca do teor das cartas de controles internos emitidas pelos auditores independentes das sociedades controladas pela Companhia; **(f)**

recomendação da contratação da auditoria independente para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis anuais, semestrais e Informações Trimestrais - ITRs e emissão dos respectivos relatórios para o exercício de 2023, para a auditoria das demonstrações contábeis das sociedades controladas da Companhia e para a asseguarção do relatório de sustentabilidade e inventário da emissão de gases de efeito estufa; **(g)** análise e discussão dos relatórios dos auditores independentes sobre o sistema de controles internos e dispositivos legais e regulamentares, elaborados em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, bem como acompanhamento dos planos de ação para resolução das questões apontadas; **(h)** recomendação do plano de trabalho e do orçamento da Auditoria Interna, bem como acompanhamento da execução de seu plano de trabalho e principais ocorrências; **(i)** análise e discussão dos resultados dos principais trabalhos realizados pela auditoria interna e acompanhamento dos respectivos planos de ação; **(j)** acompanhamento do reporte das denúncias recebidas através do Canal de Ética; **(k)** discussão dos principais aspectos dos Relatórios Semestrais da Ouvidoria da Companhia; **(l)** acompanhamento periódico das ações relacionadas à gestão integrada de riscos e do monitoramento de fraudes, com base nas manifestações e reuniões com os auditores internos e independentes; **(m)** discussão e recomendação sobre as ações realizadas e previstas no âmbito do plano diretor de segurança e plano diretor de privacidade da Companhia, bem como os ajustes posteriores; **(n)** realização de avaliação formal do desempenho dos Auditores Independentes, bem como discussão acerca dos resultados apurados; **(o)** recomendação das propostas de ajustes às políticas Institucionais da Companhia; **(p)** acompanhamento da estrutura de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (“PLD”) anual e o *rating* BACEN PLD; **(q)** acompanhamento periódico de ofícios e/ou comunicações de órgãos reguladores recebidos pela Companhia e das respostas apresentadas; **(r)** análise de aspectos gerais da estrutura de *funding*, metodologias, estruturas e modelos de precificação de produtos de prazo da Companhia; **(s)** estratégia tributária adotada pela Companhia; **(t)** acompanhamento do relatório de avaliação de efetividade dos processos e controles da Companhia, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.978/2020, bem como o acompanhamento das ações declaradas no relatório; **(u)** acompanhamento dos projetos estratégicos da Companhia, bem como os seus principais aspectos de governança; **(v)** realização de sessão executiva com o CEO da Companhia; **(w)** relatório anual de *Compliance*, nos termos da Resolução BCB nº 65/2021; **(y)** relatório anual sobre a implementação do plano de ação e de resposta a incidentes para cumprimento da Política de Segurança da Informação e Cibernética da Companhia, nos termos da Circular Bacen nº 85/2021; e **(z)** resultados da avaliação realizada pelo Bacen sobre o Sistema de Avaliação de Riscos e Controles (“SRC”) referente ao Ciclo de Supervisão de maio de 2019 até dezembro de 2022.

2. Demonstrações Contábeis, Individuais e Consolidadas, Semestrais e Anuais e Demonstrações Contábeis Consolidadas Anuais referentes ao Exercício Social de 2023

Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê, realizaram o exame e análise das: **(a)** demonstrações contábeis individuais e consolidadas Semestrais e Anuais, elaboradas de acordo com o padrão contábil das instituições reguladas pelo Bacen (“*COSIF*”) e normas e instruções da CVM e regulamentações complementares do Bacen, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório da Administração; e **(b)** demonstrações contábeis consolidadas anuais da Companhia, elaboradas de acordo com as IFRSs, emitidas pelo IASB, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório da Administração e, tendo em vista as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela KPMG, bem como as atividades desempenhadas e acompanhadas pelo Comitê durante o exercício social de 2023, os membros do Comitê recomendam, por unanimidade, a aprovação das referidas demonstrações contábeis pelo Conselho de Administração da Companhia.

Barueri, 30 de janeiro de 2024.

Aldo Luiz Mendes
Coordenador do Comitê de Auditoria

Ângela Beatriz de Assis¹
Membro do Comitê de Auditoria

Jânio Carlos Endo Macedo
Membro do Comitê de Auditoria

Jorge Andrade Costa
Membro do Comitê de Auditoria

Paulo Henrique Andolhe
Membro do Comitê de Auditoria

¹ Consignação do pedido de renúncia do Sr. **José Avelar Matias Lopes** ao cargo de membro do Comitê de Auditoria em reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de agosto de 2023. Como a sua substituta e em complemento ao mandato unificado, a Sra. **Ângela Beatriz de Assis** foi eleita na mesma data.